

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

Ricardo Malentacchi Guimarães

**A ATUAÇÃO DO BNDES NA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS
EMPRESAS BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI**

Ourinhos – SP
Novembro de 2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

A ATUAÇÃO DO BNDES NA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS
BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI

Ricardo Malentacchi Guimarães

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
banca examinadora para obtenção do título de
Bacharel em Geografia pela Unesp – Campus
Experimental de Ourinhos.

Orientador: Prof. Dr. Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho

Ourinhos – SP
Novembro de 2016

Banca examinadora

Prof. Dr. Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho (Orientador)

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

Prof. Dr. Leandro Bruno Santos

Ourinhos, 09 de dezembro de 2016.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa Institucional Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) por possibilitar a realização da Iniciação Científica que muito auxiliou na produção desse trabalho.

Agradeço também ao Professor Leandro pela fundamental ajuda durante seu tempo em Ourinhos, e mesmo após sua saída. E ao meu orientador Professor Clerisnaldo pela tutoria na realização do TCC.

Além é claro de prestar minha gratidão especial a todo o corpo docente da UNESP de Ourinhos, responsáveis pela minha formação acadêmica. E por fim, a todos os colegas e amigos com os quais dividi esse período de formação intelectual e principalmente moral.

Resumo

A atuação do BNDES desde sua criação em 1952 está associada ao desenvolvimento econômico brasileiro, isso pois em diversos períodos da história do Brasil o Banco esteve no cerne do planejamento e financiamento dos projetos de desenvolvimento. Como na formação de uma base técnica e burocrática nacional logo após sua fundação, nos diversos projetos de industrialização até finais da década de 1970, até nos processos de privatizações das décadas de 1980 e 1990 e na retomada de um projeto de desenvolvimento voltado a internacionalização de empresas brasileiras já no século XXI. Além de analisar essa atuação histórica do Banco o presente trabalho se disporá a uma revisão sobre os movimentos de internacionalização do capital nacional e, posteriormente, da atuação do BNDES nesse início de século voltando-se agora ao financiamento de grandes grupos multinacionais brasileiros.

Palavras-chaves: BNDES; Internacionalização; Multinacionais brasileiras, Campeões Nacional.

Abstract

Since its creation in 1952, BNDES has been associated with Brazilian economic development, since in several periods of Brazilian history the Bank has been at the heart of the planning and financing of development projects. As in the formation of a national technical and bureaucratic base shortly after its foundation, in the various industrialization projects until the late 1970s, even in the privatization processes of the 1980s and 1990s and in the resumption of a development project aimed at the internationalization of Companies in the 21st century. In addition to analyzing this historical performance of the Bank, the present work will provide a review on the internationalization movements of national capital and, later, on the BNDES performance at the beginning of this century now turned to the financing of large Brazilian multinational groups.

Keywords: Public Bank; Internationalization; Brazilian Multinationals.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 – BNDES: sua origem e atuação no desenvolvimento industrial nacional.	16
Fundação do Banco: segundo governo Vargas e influências externas	16
Formação de base territorial: de 1952 a 1961	17
Crise e retomada desenvolvimentista por um viés autoritário: 1962 a 1979	20
A crise desenvolvimentista e o alinhamento ao neoliberalismo: décadas de 1980 e 1990 ..	23
Retomada desenvolvimentista: o nacional desenvolvimentismo do século XXI	25
Capítulo 2 – O BNDES e a internacionalização produtiva	29
A internacionalização antes de 1990	30
O apoio à exportação na década de 1990	31
A internacionalização no século XXI	32
Linhas de financiamento à exportação pelo BNDES	35
Capítulo 3 – BNDES e os “campeões nacionais”: impactos sócio econômicos	39
Multinacionais e o BNDES	39
Distribuição do crédito dos produtos BNDES por empresas e setores	43
Capítulo 4 – Conclusões: A política de “campeões nacionais” uma análise de seus impactos socioeconômicos	50
Referências	52
Anexos	
Anexo 1: Produtos BNDES e suas funções	
BNDES Finame	
BNDES Automático	
BNDES Finem	
BNDES Microcrédito	
BNDES Finame Agrícola	
BNDES Finame Leasing	
BNDES Soluções Tecnológicas	

BNDES Exim	
BNDES Limite de Crédito.....	
BNDES Empréstimo-Ponte	
BNDES Project finance	
BNDES Fianças e Avais.....	
Cartão BNDES	
Anexo 2: Tabela de compilação de dados dos créditos liberados às multinacionais, anualmente, na forma pré-embarque por empresa entre 2002 e 2014 (R\$ milhão)	
Anexo 3: Tabela de compilação de dados dos desembolsos do BNDES por modalidade/produto de 2000 a 2014 (R\$ milhões)	
Anexo 4: Desembolsos do BNDES para exportação nas modalidades pré e pós-embarque por setor CNAE (US\$ mil)	
Anexo 5: Desembolso do Sistema BNDES por Porte da Empresa de 2001 a 2014 (R\$ milhões).....	
Anexo 6: Desembolso do Sistema BNDES por Setor CNAE de 2000 a 2014 (R\$ milhões)...	
Anexo 7: Desembolso do BNDES na modalidade pós-embarque por empresa entre 2009 e 2014 (US\$)	
Anexo 8: Cotação US\$/R\$ mensal e médias anuais de 2009 a 2014 (utilizado no decorrer do trabalho para realizar conversões quando necessárias)	

Índice de figuras

Figura 1- Total de desembolsos pelo BNDES por ano, de 2001 a 2014 (R\$ milhões)	33
Figura 2 - Evolução dos desembolsos para obras de engenharia no exterior entre 2001 e 2010 (US\$ mil)	35
Figura 3 - Distribuição da exportação por pós-embarque por categoria de uso entre 2001 e 2014 (US\$ mil)	45
Figura 4 - Distribuição dos investimentos pós-embarque do BNDES por áreas da economia entre 2009 e 2014	47
Figura 5 - Distribuição dos investimentos pré-embarque do BNDES por área da economia entre 2009 e 2014	47
Figura 6 - Distribuição dos aportes financeiros do BNDES entre as modalidades voltadas à internacionalização e as não voltadas, entre 2000 e 2014	48
Figura 7 - Distribuição dos desembolsos por porte de empresa entre 2001 e 2014 (R\$)	49

Índice de tabelas

Tabela 1- Exportação de serviços de engenharia por operações totais de 2007 a 2015	33
Tabela 2 - Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2014	39
Tabela 3 - Multinacionais brasileiras apoiadas pelo BNDES.....	41
Tabela 4 - Distribuição dos recursos totais à multinacionais brasileiras nas modalidades pré-embarque, pós-embarque e mercado de capitais, entre 2009 e 2014 (R\$)	43
Tabela 5 - Investimentos totais de pré-embarque por empresa entre 2009 e 2014 (R\$)	43
Tabela 6 - Totais de financiamentos em pós-embarque por empresa, entre 2009 e 2014 (US\$)	44
Tabela 7 - Participações acionárias em multinacionais pelo BNDESPar em setembro de 2014	46

Introdução

Com um processo de industrialização iniciado apenas no século XX, durante o 1º governo de Getúlio Vargas (GV) em 1930, o Brasil faz parte do grupo de países de desenvolvimento tardio, e por isso sofreu de forte influência internacional de países desenvolvidos de forma indireta, pelas teorias econômicas ou experiências, e de forma direta, principalmente dos Estados Unidos da América (EUA) (CURRALERO, 1998; TAVARES 2010).

Mesmo já havendo indústrias no Brasil desde o século XIX não se pode dizer que éramos um país industrializado pois o setor apenas atuava para suprir eventuais escassez de importações, muito comumente atreladas as necessidades do agronegócio e permanecendo fortemente dependente de seus interesses, não contando com nenhum projeto de expansão ou fortalecimento junto ao mercado interno ou às exportações. O processo de industrialização inicia-se durante um momento internacional recessivo na economia dos países desenvolvidos, devido à grande depressão iniciada nos EUA, que resultou em uma brusca queda da demanda e dos preços do café que até então era o principal produto brasileiro e sua exportação, responsável pela manutenção em saldo positivo da balança comercial. Essa crise afetou drasticamente a produção dos países industrializados levando à escassez de bens industriais, os quais nosso mercado dependia da importação e favorecendo o fortalecimento político de apoio à indústria no país através do modelo de substituição das importações, permitindo a mudança de um cenário que até então não permitia nenhum tipo de incentivo ou projeto governamental para o desenvolvimento de outro mercado que não o agroexportador (SPOSITO; SANTOS, 2012).

Nos anos 1930, já na era Vargas, os capitalistas nacionais não só ampliaram seus negócios pioneiros, como também promoveram uma maior diversificação para outros ramos com potencial de crescimento, enquanto os capitais estrangeiros foram atraídos e estimulados a desempenhar novas formas de relacionamento – superiores às formas tradicionais de investimentos em economias agrário-exportadoras cuja atuação predominante era em transportes e demais serviços públicos – no projeto nacional de desenvolvimento voltado à industrialização do país (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 145)

Para Gerschenkron (2015) a velocidade do crescimento industrial em um país em processo de desenvolvimento estará relacionada com a atuação de instrumentos institucionais, “clima intelectual” atuantes no período, disponibilidade de recursos e a superação dos bloqueios à industrialização. Colocados nesses termos há tensão entre os interesses da atividade existente no país à época (exportação de café) e a promessa de ganhos com o desenvolvimento da nova

atividade. Esse primeiro obstáculo é superado, como já visto, pelo contexto de desvalorização da mercadoria primária. Também graças ao cenário internacional criou-se uma tendência interna pela independência da produção de bens industrializados nos anos de 1930 que mesmo posteriormente, com a recuperação do quadro econômico internacional e consequente revalorização da agro exportação, manteve-se forte para continuar a desenvolver-se em um meio menos favorável, como por exemplo as conquistas logradas em prol do desenvolvimento industrial da década de 1950 apoiadas pelo governo. Porém foi também graças ao modelo agroexportador de café que houve o fortalecimento de um mercado interno de assalariados e implantação de infraestrutura de transporte, no Estado de São Paulo, que mesmo antes de 1930 beneficiava o surgimento de indústrias e que posteriormente seria aproveitado para o processo de industrialização. Além dessas indústrias pretéritas ao processo de industrialização terem sido criadas pela iniciativa de cafeicultores que dispunham de crédito e disposição a uma certa diversificação e também contaram com a mão de obra imigrante das lavouras de café que originavam de países já industrializados, adaptando-se ao serviço de operariado (SPOSITO; SANTOS, et al., 2012).

Porém foi apenas na década seguinte que o Estado, em conjunto com uma iniciativa norte americana formou a Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU) que iniciou um esforço para análise econômica dos entraves existentes ao desenvolvimento e a proposição de planos e projetos que, com suas limitações e alterações, começaram a ser executados na década de 1950, como será melhor descrito no Capítulo 1.

No caso brasileiro, a industrialização entendida como um processo capaz de endogeneizar a dinâmica de geração de renda de um país, iniciou-se após os anos trinta, entretanto, apenas nos anos cinquenta observou-se uma aceleração nas taxas de crescimento industrial, fruto de um maior comprometimento governamental com os objetivos relativos à industrialização (CURRALERO, 1998, p. 09)

Sob esse cenário político foi criado em 1952 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com a função de planejar e financiar o desenvolvimento e a superação dos gargalos financeiros e territoriais impostos a industrialização. Sua origem e sua atuação nos diversos períodos da política pública brasileira serão tratados no Capítulo 1, mas cabe aqui a discussão teórica sobre a atuação de um Banco de Investimento Público em uma economia em desenvolvimento.

As proposições teóricas sobre os mecanismos de financiamento do desenvolvimento econômicos divergem entre si, o contraponto das duas principais correntes, a liberal e a keynesiana, no que diz respeito à atuação do Estado nesse processo é fundamental para

entendermos o contexto em que se encaixou o Banco, de acordo com a abordagem teórica realizada por Ferraz, Além e Madeira (2013).

Primeiro por parte do neoliberalismo a teoria da “repressão financeira” que apresenta uma visão ortodoxa quanto à disponibilização dos créditos. Sob esse viés, o crédito deve ser fornecido apenas por instituições privadas, pois a interferência de financiamento público provocaria uma redução não natural dos juros, implicando em uma queda de motivação ao financiamento privado que já não teria interesses em fazê-lo a taxas de lucratividade reduzidas, fato que não ocorreria com um mercado livre à própria regulação.

E a teoria keynesiana que defende a atuação do Estado no mercado pela perspectiva do “acionamento de créditos” que contrapõe a ideia anterior e indica a falta de recursos para determinados setores, pois as agências privadas privilegiariam ou permitiriam apenas os créditos que apresentassem possibilidades reais e de melhor lucratividade, relegando investimento a uma parcela importante para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. Os setores sociais e os de pesquisa e desenvolvimento (P&D), por não trazerem consigo possibilidades de ganho certo ou apenas uma probabilidade a longo prazo, seriam renegados pela iniciativa privada, cabendo aos investimentos públicos assegurar o fornecimento de crédito a esses setores estratégicos.

Cabe aqui ressaltar que este último viés teórico apresenta uma bifurcação, a de um novo-keynesianismo e a de um pós-keynesianismo. Ambos apresentam como resposta ao problema da restrição de créditos privados a atuação do Estado através de instituições próprias de financiamento - por exemplo, os Bancos de Desenvolvimento (BD). As divergências cabem quanto à definição da origem de tal recessão, pois o novo-keynesianismo propõe uma deficiência de informações entre os demandantes e os detentores dos recursos, que tornariam o mercado falho e impediria o seu acesso em determinadas situações, pois:

Os bancos entendem que uma taxa de juros mais elevada selecionaria os projetos mais arriscados, excluindo os mais seguros: a situação é conhecida como seleção adversa. Segundo essa interpretação, no mercado de crédito, os empreendedores que aceitam pagar os juros mais elevados não são aqueles cujos projetos proporcionam o maior retorno esperado para os bancos, já que eles são os mais propensos ao risco, e, graças a isso, têm maior probabilidade de falência. Por esse motivo, os bancos restringem sua oferta de crédito até um nível compatível com uma taxa ótima de juros que maximiza seu lucro esperado, ainda que reste um excesso de demanda no mercado (FERRAZ; ALÉM; MADEIRA, 2013, p. 11).

Para o pós-keynesianismo, o fator determinante para o crédito é a “incerteza forte” e não calculável, marcada pela impossibilidade de reversão de decisões, o que leva à falta de crédito também em sistemas financeiros bem desenvolvidos ou não falhos. “As decisões de

investimentos baseiam-se em um leque de opções de aplicação do capital em que os tipos de ativos são classificados levando em conta sua rentabilidade esperada e seu nível de liquidez” (FERRAZ; ALÉM; MADEIRA, 2013, p. 12). Dessa forma é contraposta a iliquidez da consolidação dos investimentos com relação à alta liquidez da manutenção do capital monetário, tornado necessária para a liberação do crédito numa margem de lucratividade que compense a iliquidez em detrimento da liquidez. “Há plena consciência de que a moeda não gera rendimentos, mas, em um ambiente marcado pela incerteza forte, a aplicação dos recursos em outros ativos apresenta possibilidades de perdas maiores do que reter moeda” (FERRAZ; ALÉM; MADEIRA, 2013, p. 13).

Tomando para nossa análise a falta de interesse dos mercados privados de créditos no financiamento amplo de projetos menos lucrativos, como as inovações tecnológicas, a infraestrutura e as micro, pequenas e médias empresas (MPME), entendemos como sendo necessária a atuação pública no financiamento de capitais privados nacionais e colocamos como principal instituição os BD públicos que devem atuar de forma desvinculada dos mercados financeiros privados, levando em conta os interesses estatais e suas políticas macroeconômicas de desenvolvimento, visando sempre a atuação em setores desprivilegiados de créditos, já mencionados, e tendo em vista sempre a extrapolação de seus benefícios à sociedade.

Já a internacionalização produtiva é um processo comum aos países capitalistas industrializados (ALÉM; GIAMBIAGI, 2010) e ocorre tanto por meio das exportações quanto pelos Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) realizados pelas empresas nacionais (SOUSA, 2013; SPOSITO; SANTOS, 2012). Esse movimento se desenvolve pela busca de competitividade das empresas em um contexto mundial, no qual devem concorrer não só pela conquista de mercados externos, mas, para tal, num primeiro momento, faz-se necessário o fortalecimento interno das companhias. Os interesses na internacionalização da produção estão, segundo Além e Madeira (2010, p. 39-56), caracterizados pela busca de ganho de eficiência na comercialização em novos mercados propiciada por facilidades políticas e legais e, no caso das economias subdesenvolvidas, pelo acesso a novas tecnologias e fluxos de investimento.

Esse cenário macroeconômico torna-se necessário e cada vez mais presente nas economias subdesenvolvidas, como no caso do Brasil, onde a internacionalização produtiva das empresas mostra-se presente desde a década de 1960 e, a partir de então, passou por diversos ciclos de IED (SANTOS, 2015). Os fluxos de IED promovidos por empresas brasileiras foram intensificados a partir dos anos de 1990, em função da abertura e liberalização econômicas, que provocou um aumento da concorrência e levou as empresas nacionais a uma necessidade de

adaptação ao novo cenário; ao mesmo tempo, a abertura trouxe um novo leque de possibilidades e vantagens econômicas a serem exploradas (SOUZA, 2012; SANTOS, 2015).

Em linhas gerais, as experiências internacionais, tanto de países desenvolvidos quanto de países em desenvolvimento, apontam para impactos positivos da internacionalização sobre as exportações domésticas, ainda que também tenha havido a promoção de importações. As evidências são de que a internacionalização promova os seguintes impactos positivos: i) aumento da renda recebida do exterior; e ii) melhora da *performance* exportadora da empresa.

Observou-se significativa relação entre as exportações da firma doméstica e a participação da produção das filiais (multinacionais) estrangeiras em sua produção total. A alta propensão a exportar das firmas multinacionais com controle de capital nacional conduziu ao aumento da participação de suas exportações no total das vendas externas dos países de origem e melhorou a *performance* exportadora desses países em termos mundiais. Além disso, registou-se uma mudança na composição das exportações, com o investimento direto no exterior promovendo o aumento da saída de bens intermediários dos países de origem (ALÉM; MADEIRA, 2010, p. 43 e 44).

Para que possam avançar no cenário internacional as empresas devem apresentar uma forte estrutura, dinâmica e competitiva, em seu mercado doméstico. Porém, os recursos próprios, comumente, não são suficientes para financiar seus projetos, tornando-se necessária sua captação em instituições financeiras, que como já visto, torna necessária a atuação do Estado na disponibilização do crédito aos setores estratégicos. Pensando em economias de mercados com abertura econômica recente e industrialização tardia, isso se torna um desafio, ao passo que as empresas não estariam preparadas para uma reformulação de seus mercados, a não ser que aportadas por políticas públicas. De acordo com Sousa (2013), sobre as formas de internacionalização adotadas em sistemas capitalistas distintos, existem dois modelos de internacionalização, a saber “modelo OCDE” e “modelo de Capitalismo Estatal”.

Sennes e Mendes (2009) salientam que o modelo de internacionalização seria pautado na adoção de políticas “amplas” que criariam um cenário mais favorável à internacionalização das empresas, a fim de ampliar sua competitividade e sem o favorecimento de setores específicos em relação aos demais. O segundo modelo é marcado pelo incentivo estatal e dar-se-ia de forma “restrita”, privilegiando determinados setores ou empresas de acordo com seus interesses políticos através da ação de instituições governamentais. Dessa forma as empresas relacionadas ao “modelo OCDE” seriam aquelas de capital aberto que necessitam de recursos do mercado, tornando-as previsíveis em suas estratégias e reféns dos interesses dos capitais financeiros e suas possíveis recessões de crédito. Enquanto as empresas relacionadas ao “modelo de Capitalismo Estatal” não estariam atreladas a esse mercado e sim ao próprio Estado pelas parcerias público-privadas, o que torna suas ações atreladas aos interesses públicos.

A atuação do governo brasileiro quanto à internacionalização efetuou-se de forma clara dentro do “modelo de Capitalismo Estatal” como exemplifica bem Souza:

O interesse do governo brasileiro em fortalecer e aumentar a competitividade internacional de suas empresas fez com que o governo brasileiro promovesse, por meio de ajuda oficial, fusões e aquisições em diversos setores, (...). O fato é que com esse tipo de ação o governo brasileiro passa a marcar literalmente mais presença nas empresas, inclusive com participação acionária (2013, p. 05).

Com o intuito de analisar o papel desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir do século XXI, no processo de internacionalização produtiva de empresas multinacionais brasileiras – por meio da oferta de linhas de crédito à realização de Investimentos Externos Diretos (IEDs), participações acionárias e promoção de fusões – e os impactos socioeconômicos de tal política para o país. Esse trabalho se disporá a uma análise da atuação do Banco em perspectiva histórica, além de uma caracterização específica quanto a sua atuação em favor da internacionalização e também os resultados dessas políticas para a economia nacional e a sociedade brasileira.

Dessa forma o trabalho está repartido em três capítulos além da dos Objetivos e Metodologia, Introdução, Conclusões e Bibliografia. O primeiro capítulo denominado “BNDES: sua origem e atuação no desenvolvimento industrial nacional” que visa demonstrar a atuação histórica do Banco na economia brasileira. O segundo capítulo “O BNDES e a internacionalização produtiva” apresentará as formas de atuação do Banco para a internacionalização. E o terceiro e final capítulo “BNDES e os “campeões nacionais”: impactos sócio econômicos” no qual apresentaremos as mais recentes atuações do Banco e suas consequências imediatas e expectativas teóricas, além da análise de dados e conclusões à cerca do proposto.

Capítulo 1 – BNDES: sua origem e atuação no desenvolvimento industrial nacional.

Fundação do Banco: segundo governo Vargas e influências externas

Originado em um contexto político favorável ao desenvolvimento durante o período pós Guerra da década de 1950, com a formação da Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU) e a proposta do Plano de Reabilitação Econômica e Reparelhamento Industrial, o BNDE foi criado com um respaldo técnico e financeiro baseado nas experiências e decisões políticas tomadas entre o final da década de 1940 e princípio da década de 1950, principalmente durante o mandato de Dutra (1946 a 1951) e o segundo governo de Vargas (1951 a 1954).

Partindo das propostas realizadas pela CMBEU, que se pautavam nos estudos realizados pelas missões mistas, o governo Vargas firmou, em 1951, um projeto de financiamento em conjunto com o EximBank e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (DINIZ, 2004), visando à garantia de recursos para o Plano de Reparelhamento Econômico. Além disso, com a criação, em 1953, do Fundo de Reparelhamento Econômico (FRE), houve a complementação da busca pelo financiamento externo com recursos internos, por meio de empréstimos recolhidos de forma compulsória: uma taxa adicional ao imposto de renda (15,0% aos contribuintes que pagavam acima de dez mil cruzeiros anuais); depósitos efetuados nas Caixas Econômicas Federais (4,0%); reservas técnicas que as companhias de seguro e capitalização constituiriam a cada ano (até 25,0%); e a receita anual dos órgãos da Previdência Social (até 3,0%) (TAVARES *et al.*, 2010).

Tendo os projetos apresentados pela Comissão e os recursos viabilizados, em 1952 foi criado o órgão público responsável por gerir diretamente os investimentos nos planos de desenvolvimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e promover a superação das fragilidades econômicas nacionais e o fortalecimento da industrialização que eram de início suas principais intenções. De acordo com Tavares *et al.* (2010, p. 21):

A criação do BNDE foi um passo decisivo para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, quer se analise do ponto de vista do aporte de recursos financeiros, quer do papel que ele teve na formação de uma burocracia moderna, apta a elaborar estudos e a operar novos instrumentos essenciais para a promoção do desenvolvimento econômico.

Entretanto, os recursos externos se mostraram escassos desde o princípio, como é colocado por Tavares (2010), com a diminuição dos aportes estadunidenses. Basicamente, dois motivos explicariam essa mudança de posicionamento dos órgãos norte-americanos: a eleição para a Presidência do republicano Dwight Eisenhower, no final de 1952, e a mudança da política externa norte-americana com os países da América Latina; o compromisso do novo governo

com uma política fiscal orientada para a redução de gastos e a percepção de inexistência de uma “ameaça comunista” na América Latina.

Desse modo, em 1953 foi dissolvida a CMBEU. Diniz (2004) indica tal acontecimento como sendo positivo para aumentar a liberdade da equipe técnica do BNDE, a qual teve espaço para buscar influências divergentes em suas decisões. Ainda em 1953 houve o estabelecimento de uma cooperação com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), originando o grupo de estudos misto BNDE-CEPAL. Segundo Diniz (2004, p. 15),

(...) neste período, foi clara, certa e intensa a relação entre o BNDE e o pensamento desenvolvimentista cepalino. Se a análise econômica da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos foi setorial, baseando-se no enfrentamento dos problemas de infraestrutura, o que se buscou a partir do Grupo Misto BNDE-CEPAL foi um planejamento mais global, se comparado com o da Comissão Mista.

Essa nova abordagem foi importante na elaboração do Plano de Metas executado pelo governo de Kubitschek pois segundo Currallero (1998) é o que o tornou “agente da industrialização” brasileira. O novo viés de pensamento econômico voltado ao desenvolvimento ampliou e redirecionou os investimentos do BNDE, antes focados na infraestrutura, para a indústria de base.

Formação de base territorial: de 1952 a 1961

Tendo em vista suas fontes teóricas e suas influências, nesse primeiro momento podemos observar que o Banco teve como prioridade o reaparelhamento de setores específicos de infraestruturas nos setores de transporte e energia, fundamentais para dotar o território de aporte técnico favorável e necessário ao desenvolvimento de acordo com as diretrizes da CMBEU. Segundo dados demonstrados por Currallero (1998, p. 18) entre 1953 e 1955 o BNDES realizou seu aporte de recursos divididos em 83% para a infraestrutura e apenas 17% para insumos básicos.

Entre 1952 e 1956, os empréstimos realizados pelo BNDE sofreram com a interrupção dos recursos do EximBank e do Banco Mundial, o aumento da inflação, o atraso no recebimento dos recursos. No período, a participação do Banco na formação de capital fixo foi de 3,0% e menos de 10,0% das operações tiveram como destino a iniciativa privada. Além da concentração do macrossistema técnico, que historicamente já se localizava no Sudeste, e sofreu um fortalecimento da concentração do dinamismo econômico e a maior variedade de financiamentos na região em detrimento das demais, que ficaram restritas nesse período ao financiamento dos sistemas de transporte e energia. Apesar do aprofundamento da concentração

produtiva e desigualdade de financiamentos, esse período foi importante para a integração do território nacional e o espalhamento dos macrossistemas técnicos para as regiões, outrora, excluídas de um projeto efetivo de desenvolvimento (SILVA JUNIOR, 2009).

Também segundo a autora foi graças aos acordos e grupos de estudos estabelecidos com a CEPAL que o BNDES se voltou de forma direta para o setor industrial, transcendendo suas funções de instituição financeira e começando a atuar no planejamento e na coordenação de um plano industrializante.

Em 1953, foi firmado o acordo de cooperação CEPAL-BNDE com o objetivo de fornecer uma análise ampla da economia brasileira. Desse acordo nasceu o “Esboço de um Programa de Desenvolvimento” para a economia brasileira, sendo determinante as influências do trabalho deste grupo para a formulação do Programa de Metas. (...). Esse novo viés industrialista significou uma ruptura com os objetivos da CMBEU, que se afirmava na tese da vocação agrária para o país (CURRALERO, 1998, p.19).

O estabelecimento do Plano de Metas por Juscelino Kubitschek (JK), durante os cinco anos de seu mandato (1956-1961), orientou as políticas de desenvolvimento adotadas pelo Banco. As propostas realizadas pela comissão BNDE-CEPAL, durante o governo anterior de Vargas, foram levadas a cabo visando o fomento direto da industrialização (SILVA JUNIOR, 2009; TAVARES *et al.*, 2010). O Banco tornou-se também o responsável pela tomada de decisões de investimentos e pela escolha dos beneficiados.

Segundo Santos (2013), ocorreu uma alteração da legislação do Banco, a qual lhe permitiu receber recursos adicionais - imposto de renda progressiva, 4,0% dos impostos sobre lucros não distribuídos e 25,0% dos fundos das companhias de investimentos e seguros. Contudo, esse aumento dos recursos não foi suficiente para financiar todos os projetos, pois os juros cobrados eram bem menores que a inflação à época. Além disso, com a nova legislação, o Banco passou a participar de 60,0% dos projetos aprovados pela instituição e tornou-se obrigatório o carreamento de 25,0% dos empréstimos para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, visando diminuir as desigualdades regionais.

Durante o governo de JK, ocorreu uma mudança na alocação dos empréstimos disponibilizados pelo Banco, em que as infraestruturas de transportes cedem espaço à indústria de base e à energia, respectivamente. De acordo com Santos (2013), os recursos liberados para investimentos em transportes caíram de 68,3% para 7,5%, enquanto os empréstimos para energia e indústria aumentaram, respectivamente, de 19,5% para 40,8% e de 9,8% para 48,6%. Percentualmente, o maior avanço deu-se na atividade industrial, por conta dos maiores comprometimentos nas siderúrgicas e participações acionárias em empresas de papel e celulose, estaleiros etc.

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-61) tem o mérito de que pela primeira vez o Brasil estabelece, de fato, uma verdadeira política industrial para o país. O resultado é que passamos por grandes transformações no setor industrial brasileiro (CARVALHO, 2014, p. 51)

No Planos de Metas deu-se maior importância e espaço ao capital multinacional diferente da estratégia mais autônoma adotada até então, isso facilitado graças a promulgação da Instrução 113 da SUMOC que segundo Sposito e Santos (2012, p.155):

Inegavelmente, a instrução 113 da SUMOC desempenhou um papel decisivo na industrialização do país e na construção da aliança entre Estado e capitalistas nacionais e internacionais em projetos industriais. Diante do cenário de restrição externa e da necessidade de divisas, o Ministro da Fazenda Eugênio Gudin, no governo de Café Filho, promulga em 1955 a Instrução 113 da SUMOC, cujas diretrizes permitiam a importação de bens de capital sem a cobertura cambial. A criação da Instrução 113 foi acompanhada por um aumento dos IED no Brasil durante os anos 1950.

Ainda segundo os autores além do favorecimento do capital privado em relação ao público o Plano de Metas terminou favorecendo o setor de construção civil e da indústria de transformação, com um crescimento do produto real de aproximadamente 38% para a construção civil e 73,5% para a indústria de transformação entre 1955 e 1961 (SPOSITO; SANTOS, 2012, p.157). O setor de construção foi favorecido pelo grande número de obras financiadas durante o período, já a indústria de transformação foi alvo de grande quantidade de IED de multinacionais estrangeiras, estabelecendo uma internacionalização da economia brasileira.

Porém também foi beneficiada a produção de bens intermediários, esses propiciados pela expansão dos grupos de capitais privados nacionais, gerando um aumento da diversificação da produção de diversos grupos empresariais.

Durante a década de 1960 houve o termino de uma etapa do desenvolvimento, o modelo por substituição de importações adotado até então encontrava-se exaurido devido a uma forte desregulação macroeconômica do país. Conforme destaca Tavares *et al.* (2010, p. 83), o fim do governo de Kubitschek e do Planos de Metas “representou o término de uma etapa do processo de diversificação industrial por substituição de importações” e “fortes desequilíbrios macroeconômicos, fazendo com que a sociedade sentisse os efeitos da inflação e de taxas menores de crescimento” (TAVARES *et al.*, 2010, p. 95), levando a um período de crise política do desenvolvimento.

Outra contradição revelada pelo plano de desenvolvimento abordado foi muito bem colocada pelos autores Sposito e Santos (2012), que o Estado ao financiar seus projetos a partir da emissão de papel moeda “recorre à inflação como forma de conseguir uma poupança forçada para financiar os grandes projetos, em vez de tributar os grandes e médios capitais particulares

da época” (p. 158), e essa política custeou o financiamento do Plano de Metas através da socialização do ônus aos setores não favorecidos pelo projeto e às populações desfavorecidas que tiveram que lidar com a alta inflação, e ter seus salários desvalorizados.

Crise e retomada desenvolvimentista por um viés autoritário: 1962 a 1979

Após o término do mandato de JK é eleito o presidente Jânio Quadros, que assume o País em grave crise econômica e com uma governabilidade fragilizada devido à resistência das diferentes frentes políticas da época (TAVARES, 2010). Como forma de controle da balança de pagamentos e da inflação descontrolada Quadros adota um plano de medidas de cunho ortodoxo de redução de gastos governamentais e subsídios atrelada a medida cambial de desvalorização da moeda visando elevar as exportações. Ainda em 1961 Jânio Quadros renuncia à presidência, para frustração e temor da camada conservadora da sociedade, pois seu sucessor João Goulart era de um posicionamento político de esquerda, considerado pelos conservadores como uma ameaça comunista. As elites conservadoras da economia brasileira desde o governo de Café Filho vinham fortalecendo suas ligações com o capital externo e não possuíam interesse em um projeto de desenvolvimento de cunho populista. Com isso,

João Goulart assume o poder em meio à instabilidade política e sem maioria no congresso. A sua vinculação populista não pôde ser levada à frente devido às alianças entre o capital multinacional e o empresariado nacional, de um lado, e do fortalecimento da classe trabalhadora, de outro (SPOSITO; SANTOS, 2012, p.160).

É implantado por Goulart o Plano Trienal que num primeiro momento deveria combater a inflação a partir da restrição ao crédito e em um segundo momento retomar a modernização do país baseando-se na redução das desigualdades sociais. Mas ainda em 1963 o Plano se defronta com diversos empecilhos, segundo Tavares (2010), as propostas de reformas estruturais entram em conflito com a tradição patrimonialista fundiária e servem de “estopim” para que pressões políticas levem o governo a abandonar o projeto ainda em seus primeiros meses. Cabe ressaltar que durante o período devido à instabilidade política e a falta de política industrial bem definida o BNDES exerceu um papel coadjuvante na economia.

Após o período de desestabilização política, no qual não houve a implantação efetiva de um projeto de desenvolvimento, ocorreu a instauração de um governo militar autoritário, no qual os rumos do BNDE sofreram uma ruptura com as políticas anteriores. Segundo Tavares (2010) esse novo governo estabeleceu um Estado forte e uma aliança “tecnocrático-militar”, realizando diversas transformações institucionais e políticas. Os principais acontecimentos desse período foram: a extinção, a partir de 1965, do Fundo de Reaparelhamento Econômico, até então a principal fonte de renda do Banco, e o estabelecimento de fundos diversos, com o

intuito de aderir novas fontes de recursos (TAVARES *et al.*, 2010). Quanto a sua atuação nesse momento, afirma:

Na ausência de condições para execução de grandes projetos, a condução da trajetória econômica brasileira, no início do regime militar, passou à margem do BNDE, que ficou limitado a acompanhar o cumprimento dos projetos ainda vinculados ao Plano de Metas (TAVARES *et al.*, 2010, p. 103).

Visando estimular os investimentos e o crescimento econômico, coube ao Banco a criação destes fundos: Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), em 1964, a fim de estimular o setor de bens de capital; Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (FUNTEC), visando suportar cursos de pós-graduação que formassem um corpo técnico; Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), em 1964, para oferecer capital de giro; Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresas (FIPEME), em 1965, a fim de apoiar os investimentos fixos; Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP), em 1967, para financiar a inovação e a pesquisa; Fundo Especial para o Financiamento do Capital de Giro (FUNGIRO), em 1969, para ajudar na aquisição e estocagem média de insumos (SUZIGAN; PEREIRA; ALMEIDA, 1974). Além disso, o Banco atuou na subscrição de capitais das empresas e criou o Programa de Apoio ao Mercado de Capital (PROCAP) e o Fundo para o Desenvolvimento Técnico e Científico (BAER; VILLELA, 1980).

Segundo Silva Junior (2009), o BNDE diversificou suas aplicações financeiras e ampliou o número de empresas contempladas com liberações de empréstimos. No ano de 1964, o imposto adicional destinado ao Banco é substituído por 20,0% do Imposto de Renda e, três anos depois, essa fonte de financiamento foi trocada pelo IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). Segundo Santos (2013), os investimentos destinados à formação de capital fixo apresentaram uma elevação e os destinados à siderurgia diminuíram à medida que aumentaram os empréstimos a metais não ferrosos, química, petroquímica, papel e bens de capital. Outra mudança importante consistiu na reorientação dos empréstimos com o incremento dos recursos destinados à iniciativa privada (17,3% a 66,0%) em detrimento das empresas estatais (82,7% a 44,0%).

A partir da década de 1970 com a aproximação do governo militar com os EUA, observamos a crescente abertura para os financiamentos de capitais externos, ampliando o “escopo da política externa brasileira” (TAVARES *et al.*, 2010), visando ampliar o desenvolvimento econômico e acarretando, segundo Farias (2013), a aproximação do BNDE com empresas de capital privado tanto nacionais quanto internacionais. Foi a partir de 1975, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que houve o retorno às políticas de planejamento visando o estabelecimento de uma economia industrial desenvolvida, ampliando

o processo de substituição de importações (DINIZ, 2004). Porém houve pouca participação do capital nacional no II PND devido a sua estrita relação com o capital multinacional, pelo qual ela preteriu o estabelecimento de aliança com as classes subordinadas (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 166 e 167), prejudicando o teor desenvolvimentista do projeto nacional.

Carvalho (2014) caracteriza de forma clara o insucesso do II PND, segundo ele forças internas e externas somam-se aos fatores já destacados acima:

Internamente temos o crescimento do quadro inflacionário diagnosticado por – inflação de custos, depois inflação de demanda e, por fim, inflação de demanda/custos; a dependência de energia, o petróleo naquele momento respondia por 48% da energia total utilizada e o país importava 2/3 de todo o petróleo consumido internamente; reajustes do mercado financeiro internacional, déficits em transações correntes, custos financeiros internacionais acabaram por dificultar o refinamento da dívida externa. Somados esses fatores, o que seria o sonho da estratégia desenvolvimentista e uma dinâmica para o desenvolvimento industrial, inclusive, articulando os nexos entre empresas estatais e a indústria nacional de bens de capital, transformou-se em fracasso (p.82).

Ainda em 1974, durante o mandato de Geisel, ocorreu a transferência dos recursos relacionados ao PIS (Programa de Integração Social) e Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) do Banco do Brasil para o BNDE, de acordo com Tavares *et al.* (2010), foi um dos responsáveis por um crescimento médio real de aproximadamente 21% a.a. dos recursos viabilizados ao Banco a partir de 1975. O Banco tornou-se responsável pela formação de 9% do capital fixo do país graças ao aporte dos recursos provenientes do PIS. Nesse momento, o BNDE desempenhou um papel relevante no que se refere ao desenvolvimento das indústrias de base e de bens de capital, por meio da criação de subsidiárias (FIBASE, EMBRAMEC, IBRASA).

A Financiamentos de Insumos Básicos S.A. (FIBASE) apoiou o suprimento de insumos industriais básicos - tais como fertilizantes, metais não ferrosos, papel e celulose, química etc. - e a Mecânica Brasileira S.A. (EMBRAMEC) fomentou as empresas de bens de capital, ambas por meio da participação acionária minoritária. A Investimentos Brasileiros S.A. (IBRASA) teve atuação na subscrição de ações preferenciais ou ordinárias das firmas privadas. Além dessas subsidiárias, o Banco criou programas de financiamento às Pequenas e Médias empresas (PMEs) e compra de itens básicos.

Em resumo sobre o período de retomada do crescimento Tavares (2010) coloca:

Pode-se afirmar que o desenvolvimento ocorrido nesses anos, entre outros motivos, pode ser atribuído aos seguintes fatores: utilização de margens de capacidade ociosa, que, pelo lado da oferta, explica o rápido crescimento de 1967-1971; aquecimento da demanda agregada via medidas de caráter creditício cambial, financeiro e fiscal; recuperação do crescimento liderado pelo setor de bens de consumo duráveis, sobretudo da indústria automobilística (p. 156).

A crise desenvolvimentista e o alinhamento ao neoliberalismo: décadas de 1980 e 1990

Precedendo a conhecida década perdida na economia brasileira (década de 1980), ainda em 1977, com a intenção de estimular o crescimento houve a estatização da dívida externa do setor privado, resolução 432, que “permitia aos tomadores de recursos o direito de depositar em moeda local o restante de suas dívidas junto ao Banco Central”, transferindo cerca de 75% das dívidas externas ao Estado (SPOSITO; SANTOS, 2012). Isso tornou o país vulnerável e altamente dependente do contexto internacional, que no início da década seguinte, entraria em recessão e desconfiança profunda com relação aos mercados em desenvolvimento, levando a alta dos juros e consequente fragilização da economia nacional. A estatização da dívida também tem o viés elitista, pois a partir do momento que os juros no cenário internacional crescem é a sociedade como um todo, principalmente os desfavorecidos, que compartilha o ônus de um empréstimo que beneficiou apenas os capitais privados.

Com a moratória mexicana, em 1982, e a consequente “crise da dívida” levou a um fechamento dos mercados financeiros internacionais às economias periféricas. O Brasil não teve condições de amortizar sua dívida externa, sendo forçado, assim, a recorrer ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e a assinar sua carta de intenções, adotando políticas de contração da economia e redução dos gastos públicos, ocasionando em graves mudanças na atuação do BNDE (DINIZ, 2004; TAVARES *et al.*, 2010).

Todavia, a restrição externa ao crescimento, mesmo que por um lado amenizada em função dos resultados do II PND, não teria sido de fato contornada [...] Apesar de bem sucedida no âmbito do Balanço de Pagamentos, garantindo com folga a transferência de recursos para o exterior, a forma de equacionamento do problema externo internalizou desequilíbrios, concentrados especialmente no setor público, a quem coube o ônus do ajuste (DINIZ, 2004, p. 44).

Nos anos 1980 é acrescentado o “S” ao BNDE, com a constituição, em 1982, do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL), que visava diminuir as desigualdades por meio de investimentos na alimentação, habitação popular, saúde e educação (SILVA JUNIOR, 2009). Quanto aos fundos, ainda na mesma década, no ano de 1988, com a redemocratização política e a nova constituição, as contribuições do PIS/PASEP destinadas ao Banco foram extintas e em seu lugar foi implementado um repasse de 40,0% do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (SILVA JUNIOR, 2009).

As três subsidiárias do Banco - Fibase, Embramec e Ibrasa – foram fundidas e deram origem à BNDESPAR (BDES Participações S.A.), com a intenção de atuar exclusivamente no fomento por meio de participações em empresas privadas, sem preocupação com um setor

exclusivo. Segundo Santos (2013), o Banco realizou 13 operações de reprivatização de firmas em dificuldades incorporadas pelo BNDESPar e ampliou o percentual dos empréstimos às indústrias. Contudo, os recursos permaneceram concentrados na indústria tradicionalmente apoiada (celulose e papel, metalurgia, química, equipamentos de comunicação e elétricos, equipamentos de transporte, têxteis).

Para Tavares *et al.* (2010, p. 196),

O BNDES ajustou-se aos novos tempos de escassez de linhas de financiamento externo, e sua gestão ficou presa à tentativa de andar na “corda bamba”, entre o ajuste em termos de inflação e a deterioração fiscal das contas públicas. O Banco não seria mais um dos elementos financeiros na tarefa de planejar o desenvolvimento, mas passou a oscilar entre a função de gestor do mercado e seu papel histórico de fomento.

Foi na primeira metade da década 1980, com o governo Figueiredo, que houve as primeiras privatizações, visando à redução do Estado na economia e o repasse dessa função para o empresariado nacional, em sua maioria empresas de pequeno porte (DINIZ, 2004). Já na segunda metade da década, com a eleição de Sarney, a desestatização tomou um patamar de maior importância na política econômica e o BNDESPAR acompanhou o processo aderindo agora à responsabilidade pela regulação das firmas de consultoria e financiamento às privatizações (DINIZ, 2004). “As privatizações surgiram na BNDESPar quando a instituição passou a buscar seus próprios rumos através da elaboração de cenários prospectivos da economia brasileira” (DINIZ, 2004, p. 59).

Com um discurso modernizante industrial e de enxugamento do aparelho estatal, durante os anos de 1990, foi aprofundado o plano de privatizações ainda mais abrangente e liberalizante (DINIZ, 2004). Foram criados para gerenciar essa reforma o Programa Nacional de Desestatização (PND) e o Fundo Nacional de Desestatização (FND), esse último tendo por gestor o BNDES. Nesses novos rumos da política econômica das últimas décadas foi relegado ao Banco uma função central quanto ao financiamento e ao gerenciamento, indo na contramão de sua gênese dos anos de 1950.

Com relação as privatizações no decorrer da década de 1990 podemos dividi-las entre três períodos, de acordo com Sposito e Santos (2012), entre 1991 e 1992 durante o governo Collor, 1993 e 1994 no governo Itamar Franco, e 1995 a 2002 no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). No primeiro período as concessões foram na siderurgia (Usiminas, etc.), petroquímica e fertilizantes com baixa participação estrangeira nas aquisições e caracterizadas por uma busca de diversificação de setores pelos grupos de capital nacional. O segundo período também se caracterizou por privatizações nos três setores do anterior (CSN, etc.), porém com adição da Embraer, do setor aeronáutico, empresa de alta tecnologia que passou ao controle

acionista de capitais privados nacionais. Já o terceiro período foi o principal no que tange o processo de desestatização, foi no governo FHC que ele foi levado a cabo intensivamente e se estendeu a quase todos os setores da economia sob o comando do Estado, também foi nesse período que a maior quantidade de empresas passaram para o domínio privado, aproximadamente 100 empresas.

As privatizações ocorridas durante o governo FHC não apenas se intensificaram sobre o setor petroquímico, mas abarcou também a telecomunicação (Telesp, Telemig, etc.), os bancos estaduais (Banespa, Banerj, etc.), a geração e distribuição de energia (Light, Copel, CEEE, CPFL, Eletropaulo, etc.), mineração (CVRD) e concessões de diversos trechos rodoviários e ferroviários. Porém as privatizações podem ser criticadas devido ao seu caráter controverso quanto a transferência de recursos públicos ao capital privado através do financiamento realizado pelo Estado, através do BNDES, para realizar as privatizações (SANTOS, 2015). O Banco através de aportes de recursos do Tesouro Nacional efetuava o saneamento das empresas a serem privatizadas, e posteriormente financiando até 60% do valor de compra.

Ainda que excluamos de nossa análise a corrupção e o conluio por trás da venda das estatais, muitos outros pontos merecem comentários críticos. Com o discurso de “dinossauros” que sugam os recursos do tesouro nacional e de ineficiência, a estratégia neoliberal escondeu de toda a sociedade o papel das estatais para conter a inflação, fortalecer grupos locais e estrangeiros com insumos mais baratos etc. Todavia, mesmo com a desestatização, as dívidas internas do governo não diminuíram porque, antes da privatização, o Estado adquiriu dívidas para sanear as empresas, assumiu as obrigações com a demissão e aposentadoria dos funcionários, emprestou dinheiro via BNDES aos consórcios em troca de títulos podres comprados pelas empresas, do próprio governo, pela metade do preço etc. (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 183).

Santos (2013) destaca que coube ao BNDES o papel de gestor do Fundo Nacional de Estatização (FND), órgão vinculado ao PND, ou seja, como depositário das ações das empresas de propriedade direta e indireta da União. O BNDES ofereceu o suporte técnico, administrativo, financeiro e material durante o processo de privatização. Outro papel importante consistiu na criação de linhas de financiamento, com cobertura de quase todos os setores, e no apoio às exportações, por meio do Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas e Equipamentos (FINAMEX), criado em 1996 para estimular o incremento das exportações de bens de capital.

Retomada desenvolvimentista: o nacional desenvolvimentismo do século XXI

A partir da posse do presidente Lula, em 2003, é que podemos observar a retomada de um projeto governamental voltado para a industrialização, e principalmente a

internacionalização de setores da economia nacional. Essa nova orientação ou melhor dizendo reorientação deu-se sob os aspectos de um novo desenvolvimentismo, que tem por característica a retomada de um vigor desenvolvimentista liderado pelo Estado outrora perdido, porém com um novo foco de investimentos e uma preocupação social além da econômica.

O crescimento do comércio exterior com a China e valorização das *commodities* devido ao intenso crescimento da economia chinesa são características fundamentais para se compreender o período, pois esse contexto é fundamental para a manutenção do crescimento da própria economia brasileira e a possibilidade de transferência de recursos para as questões sociais.

Com relação a atuação do Banco, durante o período, podemos destacar uma nova reorientação das ações do BNDES, voltando agora seus interesses e capitais a um fortalecimento internacional do capital privado brasileiro, porém de forma seletiva aos setores já considerados competitivos, como exemplo: a construção civil; a produção pecuária; e o ramo da celulose. Tendo uma atuação prioritária na América Latina (SOUZA, 2010).

Está muito presente na justificativa do governo para o privilegiamento de determinados setores e empresas nos financiamentos do BNDES o argumento da necessidade de criação de “campeões nacionais”, de “empresas nacionais líderes globais”, nos setores em que somos mais competitivos. Residira aí uma estratégia deliberada do Estado de retomar sua capacidade de indução, garantindo a “inserção competitiva” do país no contexto de globalização (TAUTZ, et al., 2010, p. 250).

Essa política demonstra o alinhamento do governo aos interesses de alguns grandes grupos de capitais privados específicos já sólidos na economia, desde o período anterior de privatizações, constituindo em capitais societários interligados formando verdadeiros oligopólios de algumas poucas empresas que atuam em diversos setores, como: Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Odebrecht Votorantim, Bradesco, Gerdau. Além da consolidação de grandes grupos no setor agropecuário a partir do financiamento e fusões promovidos pelo Banco e sua subsidiária BNDESPar, tais como Brasil Foods e JBS (TAUTZ, et al., 2010). Os autores ainda colocam que “a alavancagem destes setores, associada ao processo de multinacionalização destas empresas nacionais, vem sendo operada por meio de transferência massiva de recursos públicos” (p.252).

Berringer (2013) coloca ainda a baixa taxa de desemprego e o aumento de crédito ao consumidor durante o governo Lula contrapondo ao fato de que isso não tornou o Brasil um país de classes médias, pois “os empregos gerados exigem, em sua maioria, baixa qualificação da força de trabalho e têm baixa remuneração” (p. 117). Também é criticado pelo autor a forte dependência dos preços das *commodities* que são sujeitos a variações constantes, deixando o

país dependente de um cenário internacional favorável e com vulnerabilidades diversas em termos de preços internacionais.

Sobre as políticas econômicas do governo, Magalhães (2010) aponta ao não rompimento com as práticas neoliberais, principalmente durante seu primeiro mandato (2003-2006), devido a prioridade dada à manutenção da estabilidade monetária. Em seu segundo mandato houve o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que anunciaria a volta ao “espetáculo do desenvolvimento”, porém, na prática, “o PAC está longe de configurar a nova estratégia, ou modelo de desenvolvimento, de que o país necessita” (p. 21), pois seu programa não contempla o longo prazo e foca-se no financiamento de obras de infraestrutura e não no incentivo à produção. O autor ainda pondera

Em termos de política de desenvolvimento, a real importância do PAC encontra-se no reconhecimento, pela primeira vez nos últimos trinta anos, de que, contrariamente à tese neoliberal. A simples ação das forças do mercado não é suficiente para promover o crescimento acelerado do PIB. Cumpre igualmente reconhecer que, no segundo mandato de Lula, foi formulada uma ambiciosa política industrial. A crise desencadeada em 2008 pode, sem dúvida, ser alegada como empecilho à sua implementação (MAGALHÃES, 2010, p. 22).

Já Sposito e Santos (2012) explicam a manutenção de políticas ortodoxas contrárias aos discursos de oposição do Partido dos Trabalhadores (PT) ocorreram devido a um projeto de poder dentro do partido, fator que também foi importante para acalmar os ânimos das camadas conservadoras da sociedade e permitir a posse e a governabilidade do recém eleito presidente; o exemplo mais claro disso foi a Carta ao Povo Brasileiro lançada por Lula antes de sua posse, na qual segundo os autores avança novas alianças partidárias.

No entanto os autores advertem o risco de uma análise precipitada e superficial relacionar o governo Lula a um aprofundamento das políticas econômicas neoliberais pois:

Em primeiro lugar, sabendo da dificuldade de se avaliar poucos anos de governo e de distinguir entre processos conjunturais e estruturais, ocorreu o delineamento de um projeto de desenvolvimento e modernização que procura incorporar características próprias do país, sem abrir toda a economia ao exterior como no passado. Em segundo lugar, a substituição da dívida externa pela interna demonstrou-se acertada, já que, na recente crise financeira, por sinal incomparável às crises da Rússia e da Ásia que abalaram incrivelmente o país, as reservas cambiais e as políticas anticíclicas não derrubaram a economia brasileira, tampouco redundaram na elevação dos juros para conter os fluxos de capitais (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 193).

A atuação do BNDES a partir desse último período é reestruturada, já não mais tem a função de atuar na privatização e passa agora na amplificação de créditos aos setores específicos da economia, de forma seletiva, formando como já foi dito, conhecida por beneficiar empresas nacionais gigantes em setores em que o país já apresenta dinamismo, política conhecida como a construção de “campeões nacionais”. Segundo Souza (2013) “o próprio presidente do

BNDES, o maior financiador governamental desses movimentos, afirmou que “O Brasil precisa de grandes grupos nacionais”, embora o BNDES negue que essa seja uma estratégia de escolha de campeões nacionais” (p. 05).

Essa nova forma de atuação tem por característica a busca de competitividade no âmbito da globalização da economia brasileira, promovendo a multinacionalização dos capitais nacionais contemplados tanto através da conquista de mercados à exportação quanto da própria internacionalização produtiva através da realização de IED por parte das empresas brasileiras. Assim visando o fortalecimento de um saldo positivo da balança comercial, o estabelecimento de relações mais próximas com economias não desenvolvidas tanto quanto com as desenvolvidas, das quais a relação de IED poderia produzir frutos quanto ao acesso tecnológico e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), também através do estabelecimento de filiais internacionais as empresas brasileiras usufruem das remessas de lucros em moeda estrangeira (ALÉM; MADEIRA, 2010; ARBIX; CASEIRO, 2011; SANTOS, 2015).

Capítulo 2 – O BNDES e a internacionalização produtiva

O processo de internacionalização do capital privado nacional pode-se dar de duas formas, através das exportações de produtos ou serviços tanto quanto por meio da consolidação IED, criando filiais ou expandindo sua produção completa no exterior; pode-se também através da realização de IED ampliar as exportações através das relações intrafirma. Políticas de apoio a internacionalização querem, com esse processo, buscar benefícios à economia do país, essa prática já é antiga entre os mercados de economias desenvolvidas. No Brasil vem crescendo desde o final do século XX, e recebendo apoio direto das políticas públicas apenas no transcorrer do século XXI, graças às mudanças políticas no governo federal (ALÉM; MADEIRA, 2010; SOUSA, 2013; SANTOS, 2015).

Os benefícios do aumento das exportações são simples, a manutenção de um saldo positivo na balança comercial do país, já a realização de IED pode proporcionar uma diversidade de ganhos, como a aquisição de tecnologias de empresas adquiridas principalmente nos mercados desenvolvidos, as remessas de lucros das filiais fora do território nacional, a aproximação entre economias e ainda o aumento da própria exportação, como já foi dito.

Segundo Sousa (2013) as políticas adotadas pelos governos para fomentar a internacionalização podem ser de “caráter mais amplo” ou de “caráter mais restrito”. A de caráter amplo realiza-se em Estados e empresas que seguem os padrões OCDE de políticas econômicas, ou seja, seus incentivos se dão de forma mais homogênea na economia com o intuito de possibilitar um mercado favorável para que a internacionalização aconteça pelo viés estrito do empresariado privado, como por exemplo financiando a P&D nacional e ganhos de eficiência das empresas.

Já a de caráter restrito ocorre em um cenário de Capitalismo de Estado, no qual o governo decide diretamente através de suas políticas os setores privilegiados e a partir de seu incentivo direto, como financiamento a investimentos, aquisições ou fusões entre empresas no exterior. Porém a tutoria da empresa pelo Estado torna-se necessária em um cenário internacional altamente competitivo, como coloca Catermol (2010):

O processo de concorrência internacional é um forte ambiente seletivo, e o apoio oficial é utilizado pelos governos para auxiliar as empresas de seus respectivos países. A competição no mercado internacional é suficientemente intensa para eliminar as empresas que não apresentem formas de financiamento adequadas para sua atuação (p. 165).

A internacionalização antes de 1990

Pode-se dizer que a internacionalização no Brasil começou a partir da iniciativa das empresas, que com capacidade ociosa buscou explorar novos mercados. E como colocado por Santos,

(...), vale ressaltar que as diversas instituições de apoio – às exportações e à realização de IED – surgiram com certos lapsos de tempo quando analisamos os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. As motivações, porém, foram semelhantes, pois as aparências epidérmicas (crise econômica, recuperação de impactos da guerra) remetem à crise de superacumulação do capital (impossibilidade de realizar o movimento de acumulação na mesma velocidade) e ao imperativo pela superação de qualquer barreira espacial (2015, p.05).

Temos por exemplo as construtoras brasileiras, que durante o período de construção de macrossistemas territoriais desenvolvidos pelo Plano de Metas e PND I e II ganharam musculatura ampliando sua capacidade sobre a construção civil (SANTOS, 2015). “A partir de 1975, a capacidade ociosa acima das possibilidades do mercado interno e a impossibilidade de o Estado realizar grandes obras” (p. 08) propiciou um quadro nacional que levou à busca de mercados principalmente na América Latina e na África.

Arbix e Caseiro (2011) tratando sobre o início do processo de exportações de uma forma geral demonstra a preferência das companhias brasileiras por mercados de economias desenvolvidas, principalmente dos Estados Unidos. De acordo com dados de 1965 a 1982 o total de investimentos de empresas brasileiras seguiram em 64% para países desenvolvidos, enquanto que apenas 20% destinaram-se à América Latina.

A exportação passou a integrar as pautas do planejamento governamental pela primeira vez durante a década de 1960,

com a finalidade de diversificar e ampliar a pauta exportadora, especialmente de produtos manufaturados. A política de apoio às exportações deu-se de maneira escalonada, com isenções fiscais – Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), drawback –, incentivos fiscais (crédito de prêmio do IPI e de prêmio do ICM), taxa de incentivos fiscais, subsídios financeiros, taxa de subsídios financeiros e taxa total de promoção às exportações (SANTOS, 2015, p. 04).

O Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX), criado em 1965 e extinto em 1988, é um exemplo dessa nova preocupação do Estado com as exportações. Até então as ações de incentivo para o empresariado pautavam-se apenas na isenção fiscal e na condução da política cambial sem grande foco nos instrumentos de crédito, permanecendo dessa forma mais próximo ao modelo OCDE de incentivo governamental. Com exceção apenas para algumas empresas públicas, como a Petrobras bancos estatais, pela qual o Estado atuou diretamente promovendo

os maiores valores de realização de IED do período, de acordo com Santos (2015), com o intuito de garantir o abastecimento interno de petróleo e garantir as necessidades bancárias no exterior, como a captação de recursos, apoio às exportações, rolagem da dívida pública.

O apoio à exportação na década de 1990

Sousa (2013) estabelece a década de 1990 como um marco à intensificação da internacionalização de empresas brasileiras, isso devido ao processo de abertura econômica ocorrido que quebrou com as políticas protecionistas de um modelo de industrialização através da substituição de importações.

As reformas tarifárias de 1988 e 1989 atualizaram tarifas e eliminaram alguns tributos à importação, a tarifa média nominal de proteção foi reduzida de 57,5% para 32,1%. Entre 1991 e 1993 foi implementado um cronograma de reduções de barreiras tarifárias e não-tarifárias às importações, as primeiras caíram para a média de 13,5% e as segundas também sofreram grande diminuição. Em 1994 houve ainda a diminuição de tarifas de importação para a média de 11,2% (p. 04).

A abertura econômica teve o papel de forçar as empresas nacionais, até então habituadas a um mercado interno sem grande competitividade, a uma busca por diversificação dos mercados e competitividade produtiva (ARBIX; CASEIRO, 2011). Porém a abrupta mudança, para a qual a indústria brasileira não estava preparada, levou durante os dois primeiros anos a uma queda acumulada do PIB e do produto industrial (CURRALERO, 1998). Currallero (1998) demonstra que apenas após 1993 a economia retomou seu crescimento, com a elevação do PIB em aproximadamente 5% e o melhor desempenho industrial desde 1986, isso graças a entrada de recursos externos e o grande aumento das exportações.

Foi apenas em meados da década que houve a retomada das linhas de financiamento à exportação de bens industriais e de serviços, segundo Santos (2015):

O governo brasileiro procurou, inicialmente, estimular a exportação de bens duráveis e de capital, além dos serviços de engenharia. Posteriormente, as linhas de financiamento à exportação FINAMEX e PROEX apoiaram as vendas externas. No final da década, a PROEX passou a priorizar as pequenas e médias empresas e o financiamento a empresas de grande porte ficou a cargo do BNDES-Exim (p. 08).

Podemos observar que muitas das grandes empresas beneficiadas nesse período seriam as escolhidas na década seguinte para os aportes aos investimentos de internacionalização responsáveis pela construção dos “campeões nacionais”, tais como: Petrobras, Gerdau, Vale, Marcopolo, entre outras.

Porém é preciso ressaltar que o grande aumento das exportações, ocorridas graças a abertura econômica, não tiveram um papel dinamizador na inserção internacional brasileira, pois a exportação continuou pautada em produtos de baixo valor agregado, como aponta Carvalho (2012) 40,9% do total exportado foi referente ao setor agropecuário. E que apenas no início dos anos 2000 é que se teve o início a políticas de promoção da internacionalização por meio de IED.

A internacionalização no século XXI

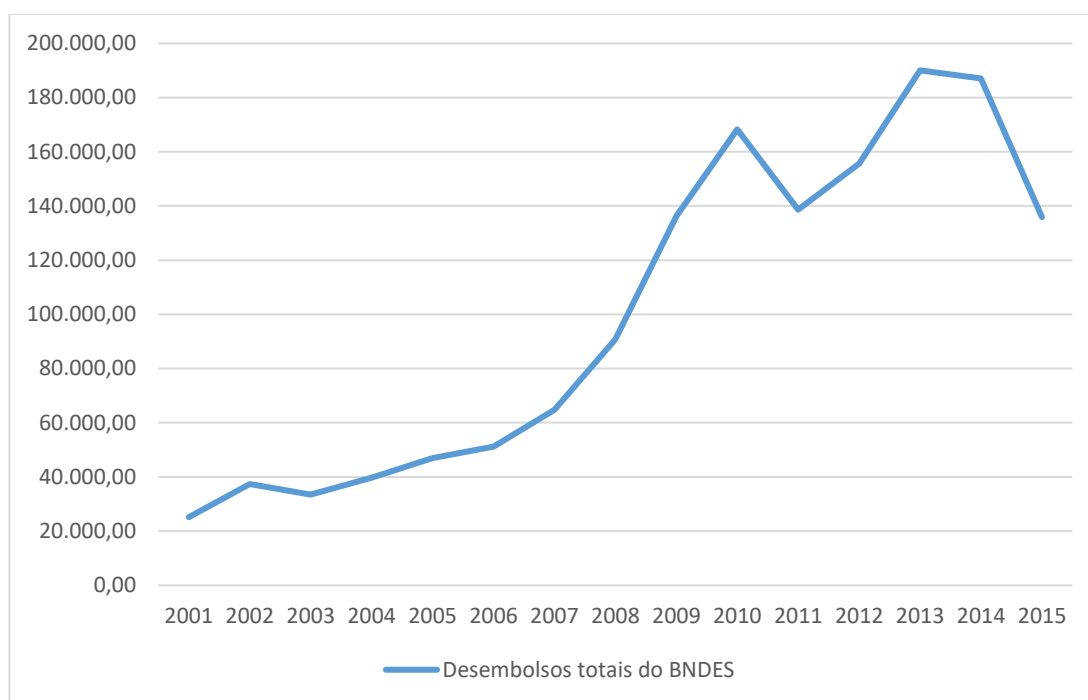
Desde 2002, com criação de um grupo de trabalho visando conceber linhas de financiamento para a realização de IED no exterior, o BNDES passou a desempenhar papel relevante na concepção e operacionalização da concentração e centralização de capitais nas diversas escalas. Isso foi possível graças à alteração no estatuto social do Banco, que foi adaptado para apoiar a internacionalização das empresas brasileiras, a fim de aumentar as exportações de bens e serviços. Segundo o art. 9º., inciso II, o BNDES poderá “financiar a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País”.

De modo geral podemos observar, de acordo com o gráfico (Figura 1) - Total de desembolsos pelo BNDES por ano de 2001 a 2014 -, que o crescimento dos investimentos totais do Banco nesse início de século sofreram um grande aumento, partindo de R\$ 25 bilhões em 2001 para R\$ 135 bilhões em 2015, uma média de crescimento de aproximadamente 42% ao ano, porém, esse crescimento não ocorreu de forma homogênea durante o período, analisando os dados podemos dividir o crescimento dos investimentos do Banco durante esses 15 anos em três períodos, o primeiro de 2001 a 2007, o segundo de 2008 a 2010 e o terceiro de 2011 a 2015.

Em uma análise desse quadro de investimentos até os dias atuais temos: 1). No primeiro período o crescimento foi contínuo e mantendo o patamar do período anterior, apresentando uma média de 37% ao ano, que pode ser considerada devida a não quebra total com as políticas econômicas neoliberais por parte do governo Lula. 2). O segundo período é caracterizado pela intensificação dos desembolsos, que passaram para uma média de 62% ao ano, esse aumento possa ser justificado por uma atuação anticíclica do Banco de Desenvolvimento (BD) durante um momento de súbita crise internacional iniciada em 2007 pela crise imobiliária nos Estados Unidos. Esse movimento do Banco, inclusive, merece ser considerado quando se analisa os fatores que influenciaram para que o Brasil saísse sem grandes prejuízos para sua economia doméstica. 3). Já o terceiro período é caracterizado por um momento de incerteza quanto à continuidade das diretrizes de disponibilidade de crédito, pois nesse curto período de tempo

apresenta uma tentativa de manutenção do aumento de crédito seguido por quedas nos totais desembolsados, apresentando uma redução na média anual para 20%. Esse quadro pessimista do período mais recente deveu-se a crise econômica em que o país entrou em 2011 e 2012, durante o governo de Dilma Rousseff, devido às quedas nos preços das *commodities*. As perspectivas quanto a retomada do crescimento dos investimentos pelo BNDES é baixa, devido ao conturbado cenário político desenvolvido em 2016.

Figura 1- Total de desembolsos pelo BNDES por ano, de 2001 a 2014 (R\$ milhões)



Fonte: BNDES (2015) - Acessado em julho de 2015

As propostas de aquisição ou investimento no exterior são avaliadas pelo Banco, que, ao fornecer o empréstimo ou realizar a subscrição de capitais, exige, como contrapartida, que as empresas e grupos econômicos promovam exportações em igual valor durante o período de 6 anos. As empresas beneficiadas com as linhas de crédito oferecidas à internacionalização devem, ainda, antecipar uma participação mínima de bens exportados equivalente a 35,0% do valor do empréstimo (SENNES; MENDES, 2009, p. 168). Segundo Iglesias (2008, p. 174), esse percentual também se aplica às obras de engenharia e construção em outros países financiadas pelo Banco e realizadas pelas construtoras nacionais (Odebrecht, Camargo Corrêa, Mendes Junior, OAS etc.).

Tabela 1- Exportação de serviços de engenharia por operações totais de 2007 a 2015

Empresas	Operações	%
NORBERTO ODEBRECHT	412	76,44%
CAMARGO CORREA	73	13,54%

ANDRADE GUTIERREZ	21	3,90%
QUEIROZ GALVAO	19	3,53%
OAS	3	0,56%
OUTRAS	11	2,04%
TOTAL	539	100,00%

Fonte: FUNCEX (www.funcexdata.com.br) - Acesso em jul. de 2015.

Sobre as exportações brasileiras no setor de serviços de engenharia podemos observar segundo a Tabela (Tabela 1) - Exportação de serviços de engenharia por operações totais de 2007 a 2015- uma forte concentração de operações efetuadas em poucas empresas, com destaque principal para a Odebrecht que concentra mais de 76% das operações seguida pela Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e OAS que somadas contemplam apenas pouco mais de 20% das operações em territórios estrangeiros, analisando os dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) podemos observar uma forte concentração da internacionalização desse setor, que no período de 2007 a 2015 abarcou um valor total de 12 bilhões de dolares.

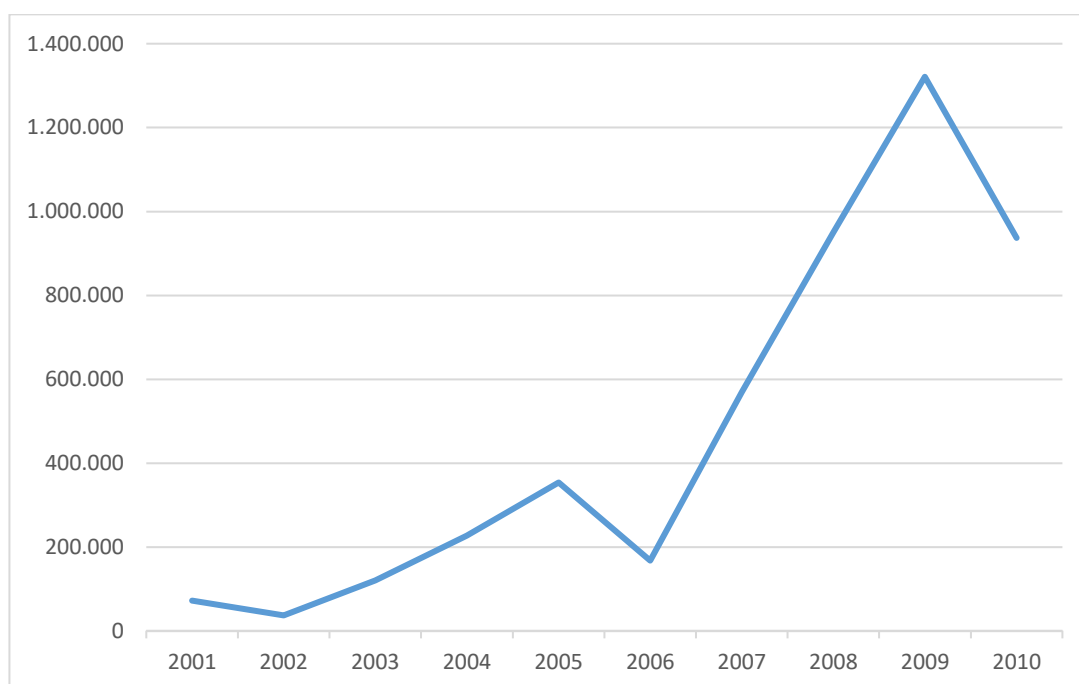
De acordo com Sposito; Santos (2012), quatro objetivos caracterizam a reorientação estratégia do BNDES, a saber: i) evitar a desnacionalização e dessofisticação do parque fabril doméstico; ii) manter o controle nacional de setores importantes para a pauta exportadora do país, especialmente alimentos, celulose, açúcar e álcool etc.; iii) apoiar a internacionalização produtiva das empresas brasileiras nos principais mercados internacionais; iv) diminuir as importações de insumos e os gastos com direitos de propriedade destinados ao exterior sob a forma de pagamento de royalties.

Arbix; Caseiro (2012), em estudo recente, constataram que o BNDES desembolsou, para promover a consolidação doméstica dos campeões nacionais, o montante de US\$ 10 bilhões, recurso disponibilizado para diversas aquisições (Perdigão-Sadia, Braskem-Ipiranga, Totvs-Logocenter, Totvs-Datasul, Braskem-Quattor, VCP-Aracruz, ETH-Brenco etc.). Além disso, entrou no controle acionário de grupos (Braskem, Fibria, Marfrig etc.) formados pela centralização e concentração de capital. Outros US\$ 30 bilhões foram liberados sob a forma de empréstimos para diversas multinacionais brasileiras (Lupatech, Bematech, Gerdau, Votorantim, BR Foods etc.).

Entre 2001 e 2010, ocorreu, também, o incremento - de US\$ 72 milhões, em 2001, para US\$ 937 milhões em 2010 - dos desembolsos destinados à realização de obras de engenharia no exterior (Figura 2). Estudos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) demonstraram que, entre os anos 1998 e 2012, o Banco ofereceu o suporte à realização de 48 projetos de infraestrutura na América Latina. Destes projetos, a Construtora Norberto

Odebrecht S.A. foi responsável por 26. Conforme mencionado anteriormente, todos os projetos financiados estão vinculados a empresas brasileiras (construtoras, fornecedoras de bens ou serviços etc.).

Figura 2 - Evolução dos desembolsos para obras de engenharia no exterior entre 2001 e 2010 (US\$ mil)



Fonte: BNDES (2015) - Acessado em julho de 2015

No ano de 2011, a participação do Banco de desenvolvimento no crédito total de mais de 5 anos foi de 20,8%, correspondendo a 10,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Os projetos de longo prazo (superiores a 7 anos) e de grande porte respondem pela maior parte dos desembolsos, seguidos pelos financiamentos de menor porte (aquisição de tratores, caminhões, ônibus), pelas linhas de apoio à exportação e pela atuação no mercado de capitais – subscrição de ações de empresas.

Dessa forma, para que possamos compreender essa nova forma de atuação do Banco, precisamos analisar os mecanismos utilizados pelo mesmo e como eles se organizam, para quais setores e portes de empresas se orientam. Para posteriormente analisarmos como os recursos se distribuem através dos mais diversos mecanismos do BNDES.

Linhas de financiamento à exportação pelo BNDES

No período recente de atuação do BNDES, o Banco oferece uma gama de produtos e programas, de forma que cada um tem a função de contemplar financiamentos a um setor ou grupo de setores econômicos com atuação em uma área específica do mercado. Esse mecanismo

de produtos fornecidos serve, então, para estabelecer uma organização quanto à distribuição e à acessibilidade de seus recursos, formando um leque de possibilidades de financiamento ao qual cabe a empresa adequar-se às suas exigências ou interesses.

O BNDES, através de seus produtos e programas, possui uma abrangência muito vasta sobre os setores econômicos, passando desdeo financiamento agrícola para a aquisição de máquinas, até a produção desses equipamentos, desde o fortalecimento da produção voltada para os mercado doméstico ou internacionais, até a abertura de subsidiárias no exterior. Cabe ainda salientar que cada produto pode oferecer uma subdivisão própria em linhas de financiamento com a intenção de especificar ainda mais os investimentos dentro de cada ramo de sua atuação.

Para tanto, o Banco aloca os capitais sob duas formas, que variam de acordo com produto ou suas linhas e levam em conta o porte da empresa, o montante a ser fornecido e seu grau de proximidade quanto a seus interesses. Essas formas são a direta, na qual o recurso transita diretamente do Banco para seus beneficiários, e a outra forma é a indireta, a qual relega a distribuição de recursos a outra instituição financeira credenciada, que tem a função de intermediar a transação entre BNDES e beneficiários.

Com relação aos produtos existentes e suas principais linhas, temos BNDES Finame, BNDES Automático, BNDES Finem, BNDES Finame Agrícola, BNDES Finame Leasing e BNDES Exim. De forma pouco expressiva temos os seguintes produtos:BNDES Soluções Tecnológicas; BNDES Microcrédito, com investimentos de pequeno porte a microempreendedores; BNDES Limite de Crédito, crédito rotativo para o apoio a empresas já beneficiárias do BNDES; BNDES Empréstimo-Ponte, financiamento para agilizar a realização de investimentos em projéto relacionados ao produto BNDES Finem; BNDES Project finance; BNDES Fianças e Avais; Cartão BNDES, crédito rotativo pré-aprovado voltado a MPME para a aquisição de bens e insumos (Vide Anexo 1 para maior detalhamento).

Asseguir teremos um panorama geral dos programas desenvolvidos pelo Banco que atuam no incentivo à exportação, de acordo com as informações fornecidas pelo próprio BNDES.

O BNDES Finame tem como finalidade oferecer financiamento para a produção e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. O financiamento tanto para a produção quanto para a aquisição do produto final tem como contrapartida um grau de nacionalização de sua produção, que é medido através de um índice de nacionalização e realiza suas operações apenas de forma indireta.

O BNDES Automático promove de forma indireta o fornecimento de créditos de baixo valor (iguais ou menores de 20 milhoes de reais, por empresa ao ano) e apresenta quatro linhas

de financiamento: uma específica voltada às micro, pequenas e médias empresas (MPME); uma voltada para as médias-grandes e grandes empresas que sejam fabricantes de bens de capital; uma para as médias-grandes e grandes empresas dos setores de agropecuária, de produção florestal, de pesca e aquícola; e outra destinada às médias-grandes e grandes empresas dos setores de Turismo, Comércio e Serviços.

BNDES Finem tem por função financiar os investimentos de valores superiores aos 20 milhões de reais, de forma direta ou indireta, e apresenta diversas linhas de financiamento para setores como a infraestrutura, indústria, comércio, serviços, agropecuária, bens de capital, desenvolvimento social, urbano, meio ambiente, inovação e inserção internacional. Relativo ao último caso, cabe especificar que ele visa financiar as empresas quanto à participação societária, à aquisição, implantação, ampliação ou modernização de unidades produtivas, aos canais de comercialização e/ou centros de P&D no exterior.

A linha e/ou programa BNDES Finame Agrícola promove de forma indireta os investimentos relativos à produção e à comercialização de máquinas, implementos agrícolas e bens de informática e automação destinados à produção agropecuária. Temos também o BNDES Finame Leasing, cujo objetivo é o financiamento para a compra de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação de produção nacional, e a liberação de recursos ocorre de forma indireta.

O BNDES Exim é o produto relacionado inteiramente à promoção das exportações brasileiras, atuando tanto no fortalecimento da produção em território nacional voltada às exportações quanto também ao financiamento às aquisições de empresas e governos estrangeiros para que comprem produtos nacionais, ou seja, pelas linhas de pré-embarque e de pós-embarque, de forma direta ou indireta.

Entre os produtos fornecidos pelo Banco, merecem destaque o BNDES Finem, o BNDES Exim e o BNDES Automático como importantes para analisarmos sua atuação na internacionalização das empresas brasileiras. Devemos ressaltar que os investimentos em internacionalização são realizados além dos incentivos às exportações, IED, implantação e modernização de subsidiárias e P&D internacionais, pois os investimentos nas estruturas e competitividade das empresas em território nacional é fundamental para a internacionalização das multinacionais.

Além dos produtos citados, outro mecanismo de suma importância para o apoio à internacionalização se dá pela atuação do BNDES no mercado de capitais, através de sua subsidiária BNDESPar, cuja principal atuação ocorre na aquisição de títulos de empresas brasileiras na BOVESPA, bolsa de valores de São Paulo. Essa aquisição se dá por uma

aquisição direta de títulos subscritos na bolsa ou mediante pagamento a apoios realizados a joint venture de empresas nacionais.

Capítulo 3 – BNDES e os “campeões nacionais”: impactos sócio econômicos

Multinacionais e o BNDES

Para analisarmos os dados sobre a atuação do BNDES na internacionalização das empresas brasileiras no século XXI, utilizaremos o Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2014 (FUNDAÇÃO DOM CABRAL, 2014), para estabelecer as empresas nacionais que apresentam um grau de internacionalização (Tabela 2) e compararmos com os incentivos realizados pelo Banco nos últimos anos, avaliando um recorte de dados relativos às diversas formas de apoio no período de tempo entre os anos de 1998 a 2014.

Tabela 2 - Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2014

Posição	Empresa	TNI (Índice de Transnacionalidade)
1	Construtora Norberto Odebrecht	0,549
2	Gerdau	0,547
3	InterCement	0,539
4	Stefanini	0,537
5	Metalfrio	0,53
6	Magnesita	0,527
7	Marfrig	0,522
8	JBS	0,499
9	Artecola	0,397
10	IBOPE	0,39
11	Sabó	0,387
12	Tupy	0,375
13	Tavex Santista	0,369
14	Minerva Foods	0,343
15	Votorantim	0,339
16	DMS Logistics	0,32
17	OAS	0,305
18	BRF	0,293
19	Vale	0,29
20	Tigre	0,289

21	Andrade Gutierrez	0,284
22	WEG	0,281
23	Marcopolo	0,241
24	CZM	0,234
25	Embraer	0,227
26	Camil	0,217
27	Alpargatas	0,211
28	IndusParquet	0,206
29	Construtora Camargo Corrêa	0,201
30	Cia Providência	0,169
31	Indústrias Romi	0,157
32	Ci&T	0,152
33	Natura	0,145
34	Itaú-Unibanco	0,129
35	Agrale	0,116
36	Bematech	0,087
37	Petrobras	0,079
38	Banco do Brasil	0,076
39	Alusa	0,058
40	Ultrapar	0,054
41	Bradesco	0,042
42	M.Cassab	0,033
43	Randon	0,032
44	BRQ IT Services	0,029
45	TOTVS	0,028
46	MV Participações	0,017
47	Eliane	0,016
48	Grupo Seculus	0,014
49	Porto Seguro	0,01
50	Vivenda do Camarão	0,008
51	CEMIG	0,003
52	M. Dias Branco	0,001

Fonte: Ranking FDC das Multinationais Brasileiras 2014. Fundação Don Cabral (2014)

Com relação às multinacionais, caracterizaremos se elas contaram ou não com apoio oriundo do BNDES, bem como as formas de apoio e os valores desembolsados a cada empresa. As formas de apoio à internacionalização serão discriminadas por cada empresa listada no Ranking FDC e se dividem em: ações na bolsa pertencentes ao BNDESPar das empresas; empréstimos ao fortalecimento de suas bases em território nacional (pré-embarque), realizados através dos produtos fornecidos pelo Banco já descritos; financiamento à comercialização da produção no exterior (pós-embarque), por meio da linha pós-embarque do produto BNDES Exim.

Na Tabela (Tabela 3) - Multinacionais brasileiras apoiadas pelo BNDES -, apresentamos uma relação de todas as empresas multinacionais que contaram com alguma forma de incentivo do Banco, sendo pelo pós-embarque entre os anos de 2009 a 2014, pelo pré-embarque entre os anos de 2002 a 2014, e as participações acionárias do BNDESPar informadas no relatório trimestral de setembro de 2014.

Tabela 3 - Multinacionais brasileiras apoiadas pelo BNDES

	Empresa	BNDESPar	Pós-embarque	Empréstimos
1	Alpargatas	-	-	X
2	Andrade Gutierrez	-	X	X
3	Banco do Brasil	-	-	X
4	Bematech	X	-	X
5	Bradesco	-	-	X
6	BRF	-	-	X
7	BRQ IT Services	-	-	X
8	CEMIG	X	-	X
9	CI&T SOFTWARE S/A	X	-	X
10	Construtora Camargo Corrêa	-	X	X
11	CONSTRUTORA OAS LTDA	-	X	-
12	Eliane	-	-	X
13	EMBRAER S/A	X	X	-
14	Gerdau	X	-	X
15	Indústrias Romi	-	X	X
16	InterCement	-	-	X
17	Itaú-Unibanco	-	-	X

18	JBS	X	-	X
19	Magnesita	X	-	X
20	MARCOPOLO S/A	-	X	-
21	M. Dias Branco	-	-	X
22	Marfrig	X	-	X
23	Metalfrio	-	-	X
24	Natura	-	-	X
25	Odebrecht	X	X	X
26	Petrobras	X	-	X
27	Randon	-	X	X
28	Stefanini	-	-	X
29	Tigre	-	-	X
30	TOTVS	X	-	X
31	Tupy	X	-	X
32	Ultrapar	-	-	X
33	Vale	X	-	X
34	Votorantim	-	-	X
35	WEG	-	X	X

Fonte: Informações Trimestrais - ITR, setembro de 20014. BNDES (2015) - Acesso em jul. de 2015. BNDES (2015) - Acesso em abr. de 2015. BNDES (2015) - Acesso em jul. de 2015.

Das cinquenta e duas empresas listadas pela Fundação Dom Cabral, trinta e cinco apresentaram alguma forma de apoio do BNDES, ou seja, quase setenta por cento das multinacionais. Entre as contempladas, devemos destacar que, com relação às várias formas de apoio, apenas três empresas beneficiárias não exibiram investimentos em pré-embarque (OAS, Embraer e Marcopolo). Durante o período de 2009 a 2014, a distribuição de recursos pelo BNDES (Tabela 4*), para as multinacionais brasileiras, concentrou-se 49% ao pré-embarque, 36% ao mercado de capitais (BNDESPar) e 15% ao pós-embarque, demonstrando que, de modo geral, há o predomínio do pré-embarque.

* Na tabela os valores referentes ao Pós-embarque são apenas disponibilizados em US\$, por medidas comparativas com os valores referentes ao Pré-embarque e ao Mercado de Capitais, que são disponibilizadas em R\$, os valores referentes ao Pós-embarque foram convertidos de US\$ para R\$. Para a conversão cambial foram calculadas as médias cambiais para cada um dos anos contemplados, para a obtenção das médias anuais foi realizado uma média aritmética simples pautada na taxa cambial do último dia de cada mês. Os dados referentes as taxas cambiais de cada período foram retiradas de: <http://www.oanda.com/currency/historical-rates/>

Tabela 4 - Distribuição dos recursos totais à multinacionais brasileiras nas modalidades pré-embarque, pós-embarque e mercado de capitais, entre 2009 e 2014 (R\$)

Ano	Pré-embarque (R\$)	Pós-embarque (R\$)	Mercado de capitais (R\$)
2009	19.249.992.029	3.748.898.515	8.710.874.454
2010	8.551.077.350	3.665.974.277	32.710.535.841
2011	4.333.466.847	4.092.208.110	4.477.637.260
2012	26.378.186.194	3.835.266.515	4.601.047.494
2013	13.876.691.142	5.266.570.366	3.526.248.952
2014	7.749.203.009	4.657.342.924	5.617.834.169
Total	80.138.616.570	25.266.260.707	59.644.178.169

Fonte: BNDES (2015) - Acesso em abr. de 2015. BNDES (2015) - Acesso em jul. de 2015.

Cabe observarmos também a relação entre esses recursos e seus destinos, tomando que o pré-embarque contempla mais de 90% das multinacionais e apresenta 49% dos aportes financeiros, há maior concentração de recursos aos contemplados pelo mercado de capitais. A seguir, detalharemos as concentrações de tais recursos, em cada forma de financiamento, com relação às empresas.

Distribuição do crédito dos produtos BNDES por empresas e setores

Entre as empresas contempladas pelo pré-embarque, devemos destacar a Petrobras e a Vale como detentoras de maiores investimentos entre os anos de 2009 e 2014 (Tabela 5), contando com aproximadamente 35 e 16 bilhões de reais (44,41% e 20,82%), respectivamente, durante o mesmo período as demais somadas atingem apenas 34,77% dos investimentos, entre as quais se destacam o Banco do Brasil, a Votorantim, a JBS, a Marfrig, a Gerdau, a Ultrapar e a BRF como principais beneficiadas dentro desse segundo grupo.

Tabela 5 - Investimentos totais de pré-embarque por empresa entre 2009 e 2014 (R\$)

1	Petrobras	35.591.654.540	14	Natura	489.598.470
2	Vale	16.684.646.592	15	Tupy	395.934.000
3	Banco do Brasil	6.420.296.576	16	Magnesita	245.000.000
4	Votorantim	4.221.636.413	17	Andrade Gutierrez	177.612.000
5	JBS	3.679.600.128	18	Indústrias Romi	171.442.000
6	Marfrig	3.100.000.000	19	InterCement	164.457.568
7	Gerdau	2.253.184.028	20	Tigre	147.595.000

8	Ultrapar	1.921.237.806	21	Bematech	72.310.118
9	BRF	1.688.267.816	22	Odebrecht	60.396.842
10	CEMIG	706.072.180	23	Randon	55.120.400
11	WEG	666.285.688	24	Ci&T	22.700.000
12	TOTVS	658.601.024	25	BRQ IT Services	7.150.900
13	Construtora Camargo Corrêa	531.647.481	26	Stefanini	6.169.000
				Total	80.138.616.570

Fonte: BNDES (2015) - Acesso em abr. de 2015

Na modalidade pós-embarque, temos nove multinacionais contempladas no período (Embraer, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, OAS, WEG, Indústrias Romi, Randon e Marcopolo), acumulando um total de mais de 12,7 bilhões de dólares (Tabela 6) de um total de quase 14 bilhões desembolsados. Fica claro a forte concentração dentro dessa linha entre as empresas Embraer e Odebrecht, que receberam um apoio de aproximadamente US\$ 5,8 bilhões cada, ou seja, aproximadamente 82% dos desembolsos totais apenas nessas duas empresas, enquanto nenhuma outra multinacional atingiu o montante de US\$ 1 bilhão. É visível também o predomínio das construtoras como beneficiárias do pós-embarque, que somam quatro das nove multinacionais e um valor de aproximadamente US\$ 7 bilhões (50% do valor total).

Tabela 6 - Totais de financiamentos em pós-embarque por empresa, entre 2009 e 2014 (US\$)

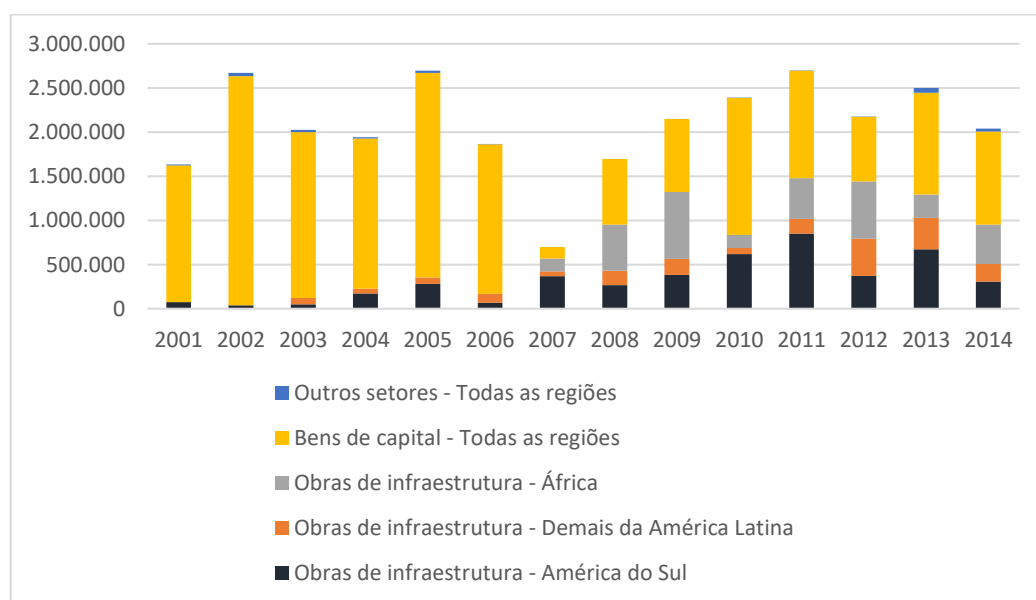
Posição	Empresa	Valor (US\$)
1	EMBRAER S/A	5.804.788.325
2	CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A	5.746.111.735
3	CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	843.377.902
4	CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREIA S/A	216.111.533
5	CONSTRUTORA OAS LTDA	118.444.387
6	WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A	53.273.896
7	INDÚSTRIAS ROMI S/A	4.736.174
8	RANDON S/A IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES	1.456.366
9	MARCOPOLO S/A	1.102.994
	Total	12.789.403.312

Fonte: BNDES (2015) - Acesso em jul. de 2015

A partir do gráfico (Figura 3) - Distribuição da exportação por pós-embarque por categoria de uso entre 2001 e 2014 -, podemos analisar uma transformação ocorrida no padrão de

distribuição dos recursos de pós-embarque para a exportação desde o ano de 2007, que demonstra o grande aumento nos financiamentos voltados às obras de infraestrutura, cujas principais beneficiárias são as grandes construtoras nacionais já mencionadas, enquanto manteve-se estagnado a quantidade de recursos voltados ao pós-embarque, o que indica que pode ter ocorrido uma transferência de recursos dos bens de capital em favor das obras de engenharia. Cabe ressaltar ainda a distribuição espacial do pós-embarque que como visto na Tabela 6 divide-se prioritariamente entre construção civil e aeronáutica, o principal mercado da primeira é a América Latina e a África já o mercado da segunda volta-se principalmente para a Europa e América do Norte. Sobre o primeiro caso podemos analisar uma maior proximidade com países subdesenvolvidos (SANTOS, 2015) e isso deve-se a alguns fatores como a alta necessidade de infraestrutura técnica e especialização dos serviços de engenharia nacionais. No segundo caso os mercados mais atingidos são os desenvolvidos devido à alta demanda em serviços de aviação, no qual a Embraer apresenta alta competitividade e desenvolvimento tecnológico na produção de aviões de porte pequeno para voos domésticos e particulares (CATERMOL, 2005), porém em ambos os casos é fundamental para a conquista de novos mercados a competitividade fornecida graças aos financiamentos pós-embarque do BNDES Exim.

Figura 3 - Distribuição da exportação por pós-embarque por categoria de uso entre 2001 e 2014 (US\$ mil)



Fonte: BNDES (2015) - Acesso em jul. de 2015

Pelo BNDESPar, temos sua atuação realizada de duas formas, a saber participação acionária nas empresas e carteira de debêntures. Com relação as debêntures, segundo o relatório administrativo de dezembro de 2014:

O valor contábil da carteira de debêntures alcançou R\$ 16.786 milhões em 31/12/14, aumento de R\$ 7.088 milhões em relação aos R\$ 9.698 milhões em 31/12/13, ocasionada principalmente pela subscrição e integralização pela BNDESPAR de 483.050 debêntures emitidas pelo BNDES, no valor total de R\$ 4.924 milhões. (BNDESPAR, 2014).

E, em setembro de 2014, contavam com a participação acionária em treze multinacionais (Tabela 7), entre as quais observamos um apoio a: serviços e P&D nas empresas Bematech, CI&T Software e Totvs; metalurgia, com Gerdau, Tupy e Magnesita; alimentos, nas empresas JBS e Marfrig; energia, nas empresas Gerdau e CEMIG; além da Embraer, na aeronáutica, e Odebrecht, na construção, Vale, na mineração, e Petrobrás, na exploração de petróleo.

Tabela 7 - Participações acionárias em multinacionais pelo BNDESPar em setembro de 2014

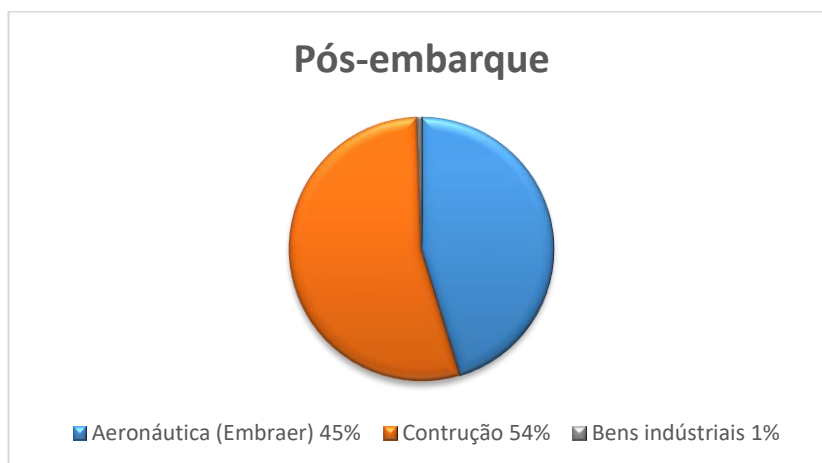
Grupos/Empresas	%ON	%PN	%Total
BEMATECH S.A.	2,98	-	2,98
CI&T SOFTWARE S/A	-	100	31,83
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	-	1,13	0,75
EMBRAER S.A.	5,37	-	5,37
GERDAU S.A.	6,61	1,85	3,44
METALÚRGICA GERDAU S.A.	-	0,49	0,33
JBS S.A.	24,59	-	24,59
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	19,63	-	19,63
MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.	2,97	-	2,97
ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL S.A.	14,37	-	14,37
ODEBRECHT TRANSPORT S.A	10,61	-	10,61
PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	0,16	23,94	10,37
TUPY S.A.	28,19	-	28,19
TOTVS S.A.	4,55	-	4,55
VALE S.A.	6,41	3,26	5,2
VALEPAR S.A.	11,51	2,34	9,72
VALE SOLUÇÕES EM ENERGIA S.A.	45,84	-	45,84

Fonte: Informações Trimestrais - ITR, setembro de 2014. BNDES (2015) - Acesso em jul. de 2015.

Tendo em vista os dados apresentados, podemos constatar que os investimentos recentes privilegiam determinados setores da economia e determinadas empresas, entre elas o setor da construção, principalmente com a modalidade pós-embarque (Figura 4) no financiamento de obras no exterior. No pré-embarque (Figura 5), atuou fortemente com financiamentos às bases

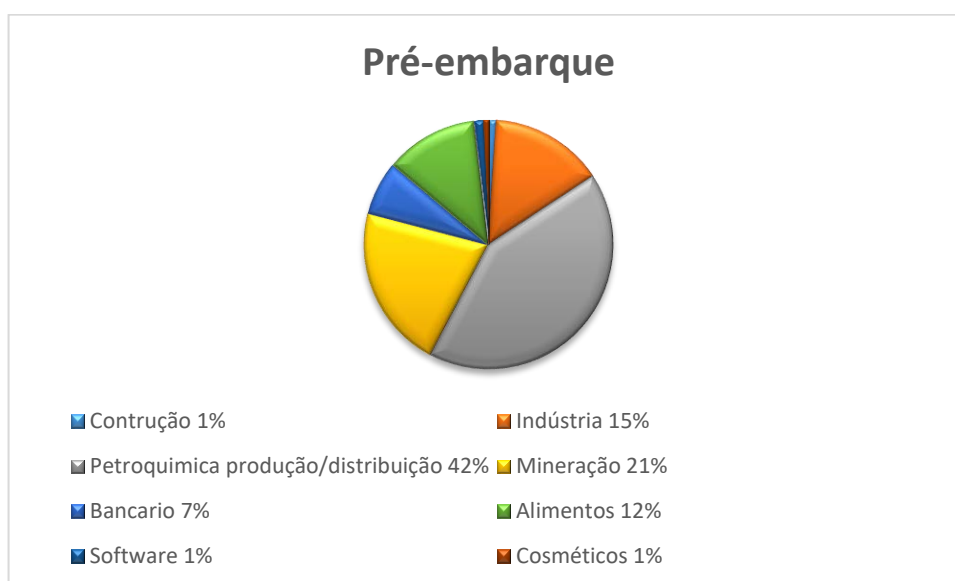
nacionais de grandes empresas, principalmente no setor da exploração mineral e petroquímica, e secundariamente, nos setores de metalurgia, alimentos, energia, construção, serviços de tecnologia, entre outros. No mercado de capitais, os setores beneficiados se repetem.

Figura 4 - Distribuição dos investimentos pós-embarque do BNDES por áreas da economia entre 2009 e 2014



Fonte: BNDES (2015) - Acessado em abril de 2015. BNDES (2015) - Acessado em julho de 2015.

Figura 5 - Distribuição dos investimentos pré-embarque do BNDES por área da economia entre 2009 e 2014

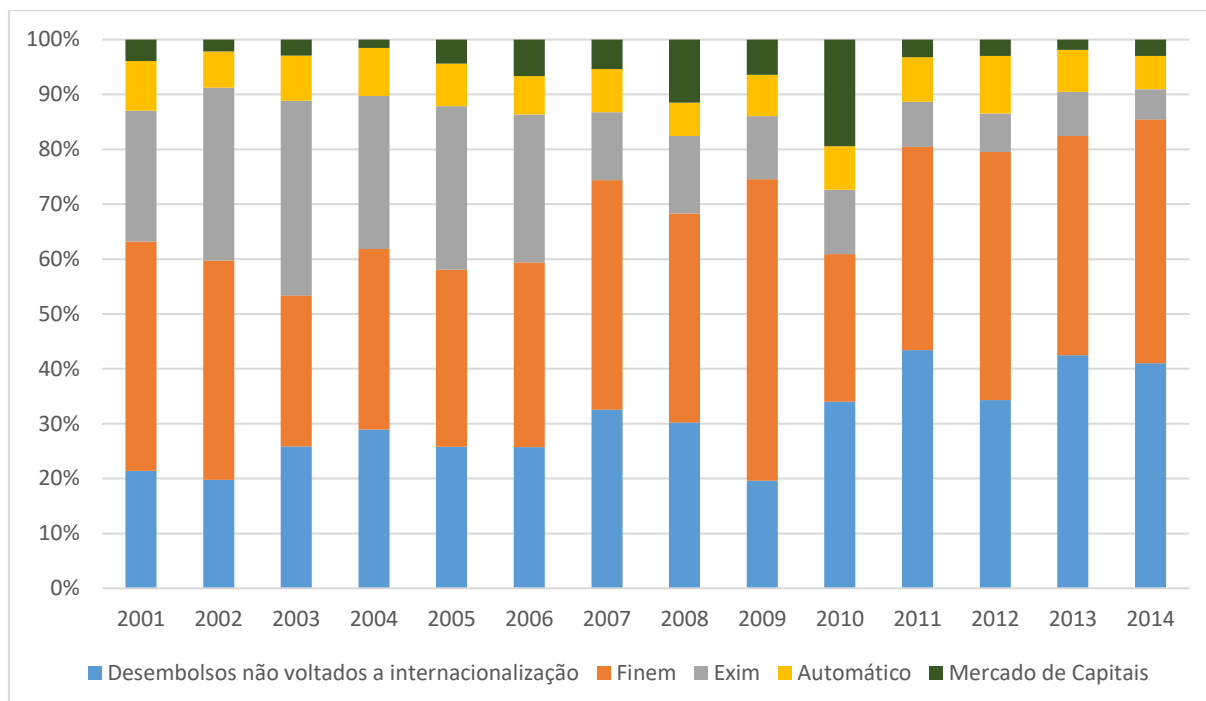


Fonte: BNDES (2015) - Acessado em abril de 2015. BNDES (2015) - Acessado em julho de 2015.

Uma vez caracterizadas as multinacionais brasileiras beneficiadas, devemos agora analisar a relação entre os investimentos do BNDES voltados à internacionalização e seus outros produtos, alongando a discussão também com relação ao porte das empresas detentoras de maiores financiamentos. *A priori*, devemos retomar o BNDES Exim, BNDES Finem, BNDES Automático e os investimentos no mercado de capitais como os favoráveis à internacionalização

e destacar que o BNDES Finem é o que possui maior aporte financeiro, não só dentre os selecionados acima, mas também entre todos os produtos do BNDES (Figura 6).

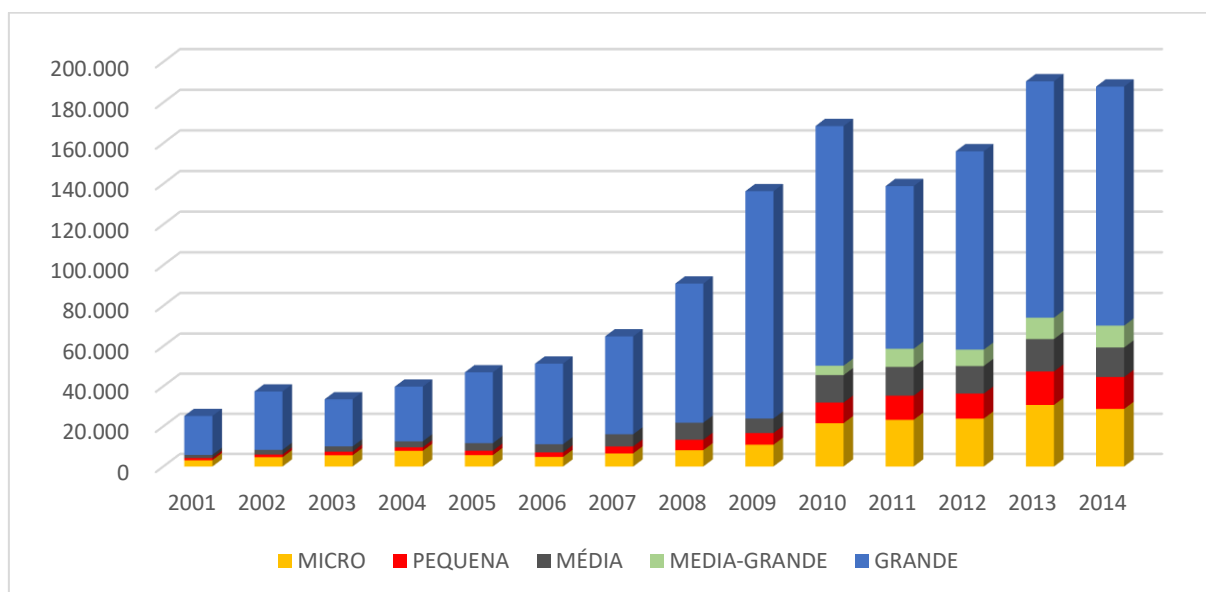
Figura 6 - Distribuição dos aportes financeiros do BNDES entre as modalidades voltadas à internacionalização e as não voltadas, entre 2000 e 2014



Fonte: BNDES (2015) - Acessado em julho de 2015

Como observamos pela Figura acima - Distribuição dos aportes financeiros do BNDES entre 2000 e 2014 - o BNDES tem, por suas mais diversas formas, incentivado de forma ampla e abrangente a internacionalização. O BNDES Finem concentra, no total do período, aproximadamente 60% dos financiamentos à internacionalização e 40% do total realizado pelo Banco, o que indica uma maior intenção de beneficiar as empresas de grande porte, fato que fica evidenciado quando analisamos os recursos disponibilizados por porte de empresas no período de 2001 a 2014 (Figura 7), com concentração de 71,05% nas grandes empresas, apesar de demonstrar um período de queda durante os últimos quatro anos, contando, em 2014, com 62,63% dos recursos.

Figura 7 - Distribuição dos desembolsos por porte de empresa entre 2001 e 2014 (R\$)



Fonte: BNDES (2015) - Acesso em jul. de 2015

Pelos valores demonstrados atinentes aos desembolsos, pode-se afirmar que o BNDES passou a desempenhar uma posição central na reestruturação patrimonial e na formação de campeões nacionais e *players* mundiais em vários ramos econômicos (SPOSITO; SANTOS, 2012). Não apenas o Banco, mas também os fundos de pensão (Previ, Petros, Funcex) tornaram-se os principais operadores de uma política industrial que visa, em última instância, fomentar a formação de empresas brasileiras globais capazes de realizar uma inserção mais soberana na economia mundial em setores (baixa e média tecnologia) nos quais o país já é competitivo (ALMEIDA, 2009, p. 31). Novoa (2009), ao analisar os principais ramos beneficiários dessa política, afirma que está ocorrendo uma otimização e fortalecimento das especializações econômicas regressivas.

Capítulo 4 – Conclusões: A política de “campeões nacionais” uma análise de seus impactos socioeconômicos

A atuação do BNDES na internacionalização conquistou diversos ganhos a economia, isso é certo, como coloca Catermol,

Os financiamentos à exportação do BNDES fortalecem a indústria brasileira e auxiliam o aumento do conteúdo nacional dos produtos. Uma indústria que produza para o mercado interno e externo possui maior escala e melhores condições de se desenvolver. O financiamento à exportação permite às empresas brasileiras competirem no mercado internacional em condições similares às empresas de outros países que recebem apoio de suas respectivas agências de crédito à exportação (2005, p.27).

Porém mais do que isso, por tratar-se de um Banco de desenvolvimento público, devemos levantar alguns questionamentos quanto a sua atuação, pois o Banco apesar de apresentar bons resultados com relação aos retornos financeiros lida com capital público, construído ao longo do tempo e até hoje financiado pelo patrimônio do povo. O Banco tem em seus encargos não só o desenvolvimento econômico, mas também o social, além da compreensão teórica de que um Banco de Desenvolvimento tenha a função primordial de desenvolver os ramos da economia e sociedade que não possuam musculatura própria ou financiamento privado para se desenvolver.

Lazzarini (2011) por sua vez discute os problemas do que ele chama de “capitalismos de laços”, o qual na situação de incentivo privilegiado à “campeões nacionais” torna propício a formação de relações clientelistas entre o capital privado, apoiador de campanhas eleitorais, e os políticos vencedores, que por sua vez as beneficiariam em detrimento do resto da economia.

Em um contexto clientelista, entretanto, canais de influência podem ser criados de forma mais simples e direta: apoio a algum político em troca de favores do setor público. É verdade que nem todo político se submeterá a esse tipo de influência e nem toda firma colocará foco em estratégias de interface com o Estado. Além disso, mesmo que empresa e político estabeleçam um contato, isso não implica que haverá favorecimento ou algum tipo de ação ilícita. Em vários países, empresários e políticos interagem rotineiramente e, em vários casos, não há motivo escuso guiando tais interações. Porém, certas particularidades do sistema político brasileiro indicam que canais clientelistas têm papel relevante no capitalismo de laços (LAZZARINI, 2011, p. 43).

Embora o BNDES não admita publicamente uma política de “campeões nacionais” está claro que o Banco privilegia as grandes empresas em setores da economia já bem estabelecidos, dessa forma financiando a formação de grandes oligopólios multinacionais de capital brasileiro. Dessa forma os aportes de créditos do Banco tornam-se seletivos e ao mesmo tempo excludentes do resto da economia que demanda crédito do BNDES, podendo relegar dessa forma os investimentos que trariam maiores proveitos à sociedade como um todo, com o

desenvolvimento de novas tecnologias ou até mesmo o desenvolvimento de novas áreas da economia que possibilitaria uma maior geração de empregos e empregos com mão de obra mais especializada. Já Tavares (2010) defende políticas de desenvolvimento setoriais, pois vivemos em um mundo monopolista de concorrências desiguais ao qual devemos nos adaptar.

Parte das empresas e grupos beneficiados atuam, predominantemente, em indústrias maduras e vinculadas a exploração de recursos naturais. Se, de um lado, o Banco tem contribuído para uma inserção mais soberana dos capitais particulares nas cadeias globais de produção, por outro lado, tem promovido um reforço da especialização regressiva do país em ramos econômicos com pouco dinamismo tecnológico e baixo efeito de transbordamento sobre o território. Tendo em vista os referenciais bibliográficos analisados e os dados disponíveis, podemos afirmar que a atuação do BNDES tende a privilegiar apenas alguns ramos econômicos e grandes empresas já bem desenvolvidos e dinâmicos, relegando os investimentos em P&D a um segundo nível e, principalmente, restringindo as linhas de crédito à MPME, tornando a internacionalização do empresariado brasileiro restrito a um pequeno grupo. Com isso, restringe a capacidade de diversificação econômica e os benefícios oriundos da internacionalização, principalmente relacionados ao desenvolvimento das MPMEs.

De fato, apesar de seus benefícios e seus problemas devemos ponderar que a política de internacionalização adotada pelo governo nos últimos anos é levada a cabo pelo poder de planejamento e mecanismos de financiamento do BNDES. Por um lado, ela promove todos os benefícios a economia e a sociedade que podem ser logrados com o aumento das exportações e pela realização de IED pelas empresas nacionais. Enquanto, de certa forma, por outro lado os investimentos beneficiam ramos já desenvolvidos ou de grande potencialidade natural no cenário nacional (construção, alimentos, etc.), e em outra parte em produtos de baixa complexidade e dinamicidade, que em sua maioria geram empregos de baixa qualificação da mão de obra (mineração, papel e celulose, etc.). Porém também devemos ressaltar que os ganhos de exportação e IED já mencionados devem-se em grande parte a esses setores, e também o Banco apresenta financiamentos em áreas de alta tecnologia (aviação, software e energia eólica).

Portanto durante o período destacado no trabalho, século XXI (2001 a 2015), apesar das opiniões divergentes sobre a forma de atuação do BNDES é importante destacar que houve uma retomada de projeto de desenvolvimento nacional e não podemos ignorar seus benefícios econômicos e sociais.

Referências

- ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F.; **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro, BNDES. 2010.
- ALMEIDA, M.; **Desafios da real política industrial brasileira do século XXI**. Brasília: IPEA, 2009.
- ARBIX, G.; CASEIRO, L.; **Destination and strategy of Brazilian multinationals**, Journal of academic research in economics, v. 4, n. 2, p. 117-148, Jul. 2012.
- BAER, W.; VILLELA, A. V.; **The changing nature of development banking in Brazil**. Journal of interamerican studies and world affairs, v. 22, n. 4, p. 423-440, Nov. 1980.
- BERRINGER, T.; **A tese do imperialismo brasileiro em questão**. Crítica Marxista, Campinas, n. 36, p. 115-127, 2013.
- CARVALHO, C. R. de; **Espaço nacional e integração competitiva: impasses das políticas territoriais no Brasil**. Jundiaí, Paco editorial; 2012.
- CARVALHO, C. R. de; **Em Busca de um Projeto de Nação: Revistando a Obra de Celso Furtado**. Jundiaí, Paco Editorial; 2014.
- CURRALERO, C. R. B.; **A Atuação do Sistema BNDES como Instituição Financeira de Fomento no Período 1952/1996**. Campinas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP. 1998.
- CATERMOL, F.; **BNDES-Exim: 15 anos de apoio às exportações brasileiras**. Revista do BNDES, v. 12, n. 25, 2005.
- CATERMOL, F.; **O BNDES e o apoio às exportações**. O BNDES em um Brasil em transição. Rio de Janeiro: BNDES, p. 162-176, 2010.
- DINIZ, A. N.; **BNDES: de agente desenvolvimentista a gestor da privatização: 1952-2002**. 133f. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- FARIAS, H. C.; **O papel do BNDES na integração do território brasileiro**. GEOUSP-Espaço e Tempo, São Paulo, n.34, p. 119-133, 2013.
- FERRAZ, J. C.; Além, A. C.; Madeira, R. F.; **A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo**. Revista do BNDES, 40, 2013.
- GERSCHENKRON, A.; **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Contraponto, 2015.
- HIRT, Carla; **A territorialidade do capitalismo brasileiro: Um olhar a partir do BNDES**. Encontros Nacionais da ANPUR, 2013.
- IGLESIAS, R. M.; **Algunos elementos para caracterizar los intereses brasileños en la integración de la infraestructura en América del Sur**. Integración y comercio, Buenos Aires, n. 28, p. 161-190, Ene/Jun. 2008.
- LAZARINNI, S. G.; **Capitalismo de laços: Os donos do Brasil e suas conexões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011 – 4ª reimpressão.
- MAGALHÃES, J. P. A. et al.; **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- MUSACCHIO, A.; LAZZARINI, S. G.; **Reinventando o capitalismo de estado**. Ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2014.

- NOVOA, L. F.; **O Brasil e seu “desbordamento”**: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In. Campanha Justiça nos Trilhos et al. (Org.). **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina**: um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 188-204.
- SANTOS, L. B.; **Estado e internacionalização das empresas Multilatinas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- SANTOS, L. B.; **BNDES, internacionalização de empresas brasileiras e integração regional**. 2015. In. 11º. Encontro Nacional da ANPEGE, 2015, Presidente Prudente. Anais... Presidente Prudente: ANPEGE, 2015.
- SANTOS, L. B.; **Políticas públicas e internacionalização de empresas brasileiras**. Revista Sociedade & Natureza, v. 27. 2015.
- SENNES, R.; MENDES, R. C.; **Políticas públicas e as multinacionais brasileiras**. In. RAMSEY, J.; ALMEIDA, A. (Org.). **A ascensão das multinacionais brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2009, p. 157-174.
- SILVA JR, G. O.; **BNDES: 50 anos de ordenamento do território brasileiro**. In. SILVA JR, G. O.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C. (Org.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo, Expressão Popular, UNESP, 2009, p. 63-82.
- SILVA JR, G. O.; **Políticas territoriais e financiamentos públicos**. O BNDES a serviço de quem?; Espaço e Economia, ano 1 número 2. 2013.
- SOUSA, A. T. L. M.; **Passando em revista**: políticas públicas para a internacionalização das empresas brasileiras. Araraquara. 2013.
- SOUZA, A. M.; **O expansionismo nos governos Lula e o BNDES**. Meridiano 47, vol. 11, n. 120, p. 47-53, Jul./Ago 2010.
- SOUZA, A. M.; **BNDES, campeões nacionais, expansionismo e integração regional**. San Carlos de Bariloche. 2012.
- SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B.; **O Capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- SUZIGAN, W.; PEREIRA, J. E. C.; ALMEIDA, R. A. G. de. **Financiamento de projetos industriais no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.
- TAVARES, M. C. et al.; **O papel do BNDE na industrialização do Brasil – Os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980**. Memórias do desenvolvimento, n.4, p. 1-331, 2010.
- TORRES FILHO, E. T.; COSTA, F. N.; **BNDES e o financiamento do desenvolvimento**. Economia e sociedade, Campinas, v. 21, p. 975-1009, dezembro. 2012.

Anexos

Anexo 1: Produtos BNDES e suas funções

BNDES Finame: Financiamentos para a produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos. Para que as aquisições sejam financiadas pelo BNDES Finame, as máquinas e equipamentos devem ser credenciados no BNDES. Para se habilitar ao credenciamento, o fabricante deve exercer atividade industrial no País compatível com seus concorrentes no setor, e comprovar a prática de índice de nacionalização* adequado, apurado conforme critérios estabelecidos pelo BNDES.

BNDES Automático: Financiamento por intermédio de instituições financeiras credenciadas, a projetos de investimento cujos valores de financiamento sejam inferiores ou iguais a R\$ 20 milhões. Esse valor também representa o máximo que cada cliente pode financiar a cada período de 12 meses, contados a partir da data de homologação da operação pelo BNDES. As linhas disponíveis para o BNDES Automático são:

- I. Micro, Pequenas e Médias Empresas: Apoio a projetos de investimento para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) previstos no BNDES Automático.
- II. Indústria de Bens de Capital: Apoio a projetos de investimento para médias-grandes e grandes empresas que sejam fabricantes de bens de capital.
- III. Indústria, Agropecuária e Infraestrutura: Apoio a projetos de investimento para médias-grandes e grandes empresas dos setores de Agropecuária, de Produção Florestal, de Pesca e Aquícola, inclusive serviços diretamente relacionados a essas atividades, de infraestrutura e de indústria não contemplados na Linha de Indústria de Bens de Capital.
- IV. Turismo, Comércio e Serviços: Apoio a projetos de investimento médias-grandes e grandes empresas dos setores de Turismo, Comércio e Serviços.

BNDES Finem: Financiamentos a projetos de investimento de valor superior a R\$ 20 milhões. Suas linhas de financiamento são:

- I. Linhas aplicadas a um setor específico (Infraestrutura; Indústria, Comércio, Serviços e Agropecuária; Desenvolvimento Social e Urbano).

* O grau de nacionalização de uma produção é calculado pelo BNDES através de dois índices percentual, um relacionado ao valor e outro ao peso. O Iv (índice de nacionalização em valor) que leva em consideração o valor de todos os componentes ou matérias primas importadas à produção em relação ao preço de venda final do produto (em R\$). Já o Ip (índice de nacionalização em peso) segue os mesmos moldes do anterior, estabelecendo relação entre o peso do equipamento importado e o peso seco do produto final a ser comercializado.

II. Linha aplicada a investimentos em Inserção Internacional.

Sua solicitação pode ser feita por sociedades com sede e administração no País e controle nacional, incluindo subsidiárias no exterior; e sociedades estrangeiras cujo acionista com maior capital votante e que exerça influência dominante sobre as atividades nelas desempenhadas seja:

- a) pessoa jurídica controlada, direta ou indiretamente, por pessoa física ou grupo de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País; ou
- b) pessoa jurídica controlada por pessoa jurídica de direito público interno.

Tipos de investimento:

Participação societária; aquisição, implantação, ampliação ou modernização de unidades produtivas, canais de comercialização e/ou centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no exterior.

Itens financiáveis:

- i. Investimentos em projetos destinados à implantação, ampliação e/ou modernização de unidades no exterior;
- ii. gastos em comercialização, marketing e aquisição de marcas;
- iii. investimentos e gastos em desenvolvimento tecnológico e capacitação, incluindo a aquisição ou licenciamento de patentes, treinamentos e certificação;
- iv. participação societária em empresas estrangeiras;
- v. capital de giro associado aos investimentos previstos acima.

III. Linha aplicadas a investimentos em Inovação

IV. Linhas aplicadas a investimentos em Meio Ambiente

V. Linhas aplicadas a investimentos em Bens de Capital

BNDES Microcrédito: O microcrédito é a concessão de empréstimos de pequeno valor a microempreendedores formais e informais, normalmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional.

BNDES Finame Agrícola: Financiamento, por intermédio instituições financeiras credenciadas (seguindo a modalidade de apoio indireta automática), à produção e à comercialização de máquinas, implementos agrícolas e bens de informática e automação destinados à produção agropecuária, novos e de fabricação nacional, credenciados pelo BNDES. Os bens devem constar do CFI do BNDES, identificados como agrícolas, e apresentar índice de nacionalização mínimo de 60%, em valor e peso, ou cumprir o PPB.

BNDES Finame Leasing: Financiamento à aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação, novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, destinados a operações de arrendamento mercantil financeiro ou operacional. O financiamento será concedido à empresa Arrendadora para a aquisição do bem, que será, simultaneamente, arrendado à usuária (Arrendatária).

BNDES Soluções Tecnológicas: Financiamento de aquisição de soluções para atender às necessidades de criação/modificação/melhoria de produto ou processo.

BNDES Exim: financiamentos destinados tanto à produção e exportação de bens e serviços quanto à comercialização destes no exterior. O apoio do BNDES destinado à exportação de bens e serviços nacionais pode ser aplicado tanto na fase pré-embarque como na fase pós-embarque, por meio dos seguintes subprodutos:

I. Fase Pré-embarque

- i. BNDES Exim Pré-embarque: apoio à produção de bens e serviços destinados à exportação. Empresas exportadoras, de qualquer porte, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no País.
- ii. BNDES Exim Pré-embarque Empresa Âncora: apoio à exportação indireta de bens e serviços que podem ser apoiados pelo BNDES, efetuada por intermédio de Empresa Âncora. Podem ser enquadradas nesta linha como empresas âncoras, a critério do BNDES, trading companies, comerciais exportadoras ou demais empresas exportadoras que participem da cadeia produtiva e que adquiram a produção de outras empresas visando à sua exportação.

II. Fase Pós-embarque

- i. BNDES Exim Pós-embarque: apoio à comercialização de bens e serviços nacionais no exterior.
- ii. BNDES Exim Automático: apoio à comercialização de bens brasileiros no exterior, através de abertura de linha de crédito a instituições financeiras no exterior. Essa ação se dá de duas maneiras: celebração de contrato de financiamento entre o BNDES e a instituição financeira devedora no exterior; ou desconto de cartas de crédito emitidas ou confirmadas por instituição financeira devedora no exterior. Em ambas as estruturas operacionais, o desembolso de recursos pelo BNDES ao

exportador, por intermédio do banco mandatário, é realizado em reais, no Brasil.

BNDES Limite de Crédito: Crédito rotativo para o apoio a empresas ou Grupos Econômicos já clientes do BNDES e com baixo risco de crédito. Forma de Apoio Direto.

BNDES Empréstimo-Ponte: Financiamento a um projeto, concedido em casos específicos, para agilizar a realização de investimentos por meio da concessão de recursos no período de estruturação da operação de longo prazo. A concessão de empréstimo-ponte é admitida somente para as operações do Produto BNDES Finem. Formas de apoio direta ou indireta não automática.

BNDES Project finance: Projeto financeiro ou financiamento relacionado a projeto: é uma forma de engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto, servindo como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo projeto.

BNDES Fianças e Avais: O BNDES poderá prestar fianças e avais com o objetivo de diminuir o nível de participação nos projetos. O produto será utilizado, preferencialmente, em casos nos quais a combinação de formas alternativas de funding permita a viabilização de operações de grande porte.

Cartão BNDES: Crédito rotativo pré-aprovado, destinado a micro, pequenas e médias empresas e usado para a aquisição de bens e insumos nacionais cadastrados junto ao BNDES.

Anexo 2: Tabela de compilação de dados dos créditos liberados às multinacionais, anualmente, na forma pré-embarque por empresa entre 2002 e 2014 (R\$ milhão)

Ano/Emp.	Odebrecht	Gerdau	InterCement	Stefanini	Metalfrio
2002	0	0	0	0	0
2003	0	18	0	0	0
2004	0	140	0	0	0
2005	0	484	0	0	0
2006	0	209	0	5	0
2007	0	568	0	0	60
2008	0	959	0	0	0
2009	26	92	0	0	0
2010	0	0	0	0	0
2011	0	430	34	6	0
2012	26	777	130	0	0
2013	0	608	0	0	0
2014	9	346	0	0	0

Ano/Emp.	Magnesita	Marfrig	JBS	Tupy	Votorantim
2002	0	0	0	25	5
2003	26	0	0	0	145
2004	0	0	0	0	148
2005	0	10	287	0	235
2006	0	0	0	0	331
2007	0	122	1.516	0	587
2008	0	700	1.109	0	503
2009	245	400	3.480	200	1.457
2010	0	2.700	200	0	720
2011	0	0	0	0	1.561
2012	0	0	0	196	99
2013	0	0	0	0	311
2014	0	0	0	0	73
Ano/Emp.	BRF	Vale	Tigre	Andrade Gutierrez	WEG
2002	0	0	0	0	0
2003	0	0	0	0	138
2004	0	0	0	0	0
2005	0	0	0	0	218
2006	0	0	0	0	0
2007	0	807	0	154	257
2008	0	4.289	0	0	259
2009	750	1.303	0	100	80
2010	127	1.159	0	0	322
2011	0	879	0	78	7
2012	812	7.179	56	0	12
2013	0	0	49	0	69
2014	0	6.164	42	0	176
Ano/Emp.	Alpargatas	Camargo Corrêa	Indústrias Romi	Ci&T	Natura
2002	0	0	0	2	0
2003	0	0	0	0	0
2004	0	0	0	0	0
2005	0	0	0	6	81
2006	0	0	18	0	0
2007	23	16	128	13	68
2008	0	116	0	0	0
2009	0	522	108	0	85
2010	0	0	0	0	52
2011	0	0	0	7	21
2012	0	5	0	16	193
2013	0	0	28	0	97
2014	0	5	36	0	41
Ano/Emp.	Itaú- Unibanco	Bematech	Petrobras	Banco do Brasil	Ultrapar

2002	46	0	0	73	45
2003	48	0	0	0	10
2004	53	0	0	0	62
2005	0	26	100	0	0
2006	20	0	0	0	98
2007	213	0	4.771	0	182
2008	196	0	0	0	197
2009	0	0	9.410	20	850
2010	0	30	2.549	27	225
2011	0	0	1.073	0	236
2012	0	0	10.436	6.185	257
2013	0	0	11.603	176	269
2014	0	42	520	12	84
Ano/Emp.	Bradesco	Randon	BRQ IT Services	TOTVS	Eliane
2002	0	26	0	0	0
2003	50	0	0	0	0
2004	45	0	0	0	0
2005	0	0	0	0	24
2006	0	116	0	0	0
2007	0	0	56	0	0
2008	0	0	0	405	0
2009	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0
2013	0	0	7	659	0
2014	0	55	0	0	0
Ano/Emp.	CEMIG	M. Dias Branco			
2002	0	92			
2003	512	0			
2004	0	0			
2005	0	57			
2006	0	0			
2007	0	0			
2008	0	0			
2009	122	0			
2010	440	0			
2011	0	0			
2012	0	0			
2013	0	0			
2014	144	0			

Fonte: BNDES (2015) - Acessado em abril de 2015

Anexo 3: Tabela de compilação de dados dos desembolsos do BNDES por modalidade/produto de 2000 a 2014 (R\$ milhões)

	Finem		Exim	
Ano	Direta	Indireta	Direta	Indireta
2000	5.521,75	4.015,19	3.405,97	2.327,48
2001	6.825,06	3.705,56	3.949,00	2.065,08
2002	13.355,33	1.607,10	7.745,24	4.044,14
2003	7.982,95	1.252,68	6.300,31	5.603,07
2004	11.438,87	1.666,78	5.651,99	5.464,01
2005	13.281,65	1.885,27	6.692,14	7.303,35
2006	14.571,18	2.700,81	4.059,68	9.792,70
2007	22.028,54	5.111,62	1.321,70	6.734,71
2008	28.577,84	6.041,13	3.276,65	9.554,67
2009	65.082,41	9.874,74	4.269,46	11.360,32
2010	37.597,20	7.790,05	4.151,54	15.526,89
2011	45.217,21	6.275,40	4.657,66	6.726,30
2012	62.598,74	7.978,11	4.343,16	6.558,22
2013	64.858,13	11.298,28	5.591,56	9.666,16
2014	72.147,77	11.381,01	5.790,56	4.482,41
	Mercado de Capitais		Automático	
Ano	Direta	-	-	Indireta
2000	1.981,59	-	-	1.760,41
2001	989,65	-	-	2.278,27
2002	806,83	-	-	2.470,81
2003	970,11	-	-	2.764,92
2004	613,22	-	-	3.470,43
2005	2.047,21	-	-	3.653,68
2006	3.403,52	-	-	3.589,72
2007	3.498,08	-	-	5.077,26
2008	10.454,79	-	-	5.515,04
2009	8.710,87	-	-	10.314,66
2010	32.710,54	-	-	13.407,10
2011	4.477,64	-	-	11.273,10
2012	4.601,05	-	-	16.421,96
2013	3.526,25	-	-	14.601,73
2014	5.617,83	-	-	11.343,45
	Finame		Finame Agrícola	
Ano	-	Indireta	-	Indireta
2000	-	2.498,04	-	1.359,75
2001	-	3.303,45	-	1.848,05
2002	-	4.019,63	-	3.009,49
2003	-	5.332,80	-	2.871,87
2004	-	6.620,61	-	4.570,42
2005	-	9.328,96	-	2.184,96
2006	-	10.767,20	-	1.483,02

2007	-	17.030,83	-	2.071,33
2008	-	22.159,34	-	2.701,72
2009	-	20.678,29	-	2.813,61
2010	-	46.758,98	-	5.361,41
2011	-	46.521,90	-	5.419,93
2012	-	36.681,02	-	6.737,23
2013	-	58.133,73	-	12.171,35
2014	-	53.855,47	-	10.814,80
	Finame Leasing		Cartão Bndes	
Ano	-	Indireta	-	Indireta
2000	-	89,48	-	-
2001	-	200,03	-	-
2002	-	286,22	-	-
2003	-	382,99	-	1,17
2004	-	253,78	-	12,14
2005	-	471,30	-	71,71
2006	-	636,88	-	225,19
2007	-	1.446,01	-	509,18
2008	-	1.645,88	-	845,70
2009	-	635,69	-	2.478,55
2010	-	601,28	-	4.313,99
2011	-	458,62	-	7.574,08
2012	-	162,11	-	9.543,40
2013	-	154,53	-	10.022,63
2014	-	100,28	-	11.547,45

Fonte: BNDES (2015) - Acessado em julho de 2015

Anexo 4: Desembolsos do BNDES para exportação nas modalidades pré e pós-embarque por setor CNAE (US\$ mil)

Ano	Agropecuária	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Comércio e Serviços
2000	12.365,46	20.887,03	2.986.124,33	57.017,79
2001	3.303,66	401,70	2.518.603,40	79.845,53
2002	88.515,32	539,52	3.724.659,58	132.507,27
2003	28.913,57	5.581,81	3.780.787,47	190.608,74
2004	22.218,33	2.144,15	3.568.258,19	268.397,37
2005	11.929,53	-	5.491.796,09	358.163,22
2006	12.988,29	166.512,47	5.754.003,55	442.897,91
2007	16.831,37	1.547,41	3.424.497,09	747.573,02
2008	3.456,99	-	5.340.949,35	1.250.729,74
2009	400,00	-	6.838.046,44	1.470.247,69
2010	29.980,55	-	9.893.441,07	1.331.757,57
2011	1.785,96	-	4.982.451,67	1.730.392,52
2012	68.105,31	-	3.907.643,02	1.491.182,16

2013	2.589,74	-	5.690.209,27	1.443.715,08
2014	-	-	3.362.721,15	1.014.198,06

Fonte: BNDES (2015) - Acessado em julho de 2015

Anexo 5: Desembolso do Sistema BNDES por Porte da Empresa de 2001 a 2014 (R\$ milhões)

Ano	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	MEDIA-GRANDE	GRANDE
2001	3.130	1.093	1.562	-	19.431
2002	4.647	1.322	2.368	-	29.082
2003	5.599	1.812	2.613	-	23.510
2004	7.843	1.742	2.993	-	27.256
2005	5.687	2.207	3.768	-	35.318
2006	4.761	2.270	4.087	-	40.201
2007	6.531	3.457	6.079	-	48.825
2008	8.140	5.201	8.505	-	69.032
2009	10.855	5.818	7.247	-	112.437
2010	21.628	10.266	13.684	4.683	118.161
2011	23.296	11.998	14.367	9.066	80.147
2012	23.888	12.508	13.726	8.159	97.711
2013	30.686	16.704	16.154	10.576	116.300
2014	28.695	15.924	14.756	10.820	117.642

Fonte: BNDES (2015) - Acessado em julho de 2015

Anexo 6: Desembolso do Sistema BNDES por Setor CNAE de 2000 a 2014 (R\$ milhões)

Ano	Agropecuária	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Comércio e Serviços
2000	1.907,98	120,85	10.267,28	10.749,72
2001	2.761,98	396,27	12.736,86	9.321,41
2002	4.508,93	250,30	17.157,02	15.503,02
2003	4.595,03	157,32	15.919,80	12.861,44
2004	6.930,21	242,64	15.526,23	17.134,81
2005	4.058,82	337,67	23.032,62	19.551,12
2006	3.422,57	1.457,94	25.662,98	20.774,53
2007	4.997,84	1.050,49	25.395,43	33.448,03
2008	5.594,46	3.310,70	35.710,29	46.262,45
2009	6.855,67	3.219,35	60.302,19	65.979,15
2010	10.126,29	1.513,58	77.255,18	79.527,70
2011	9.759,02	3.578,99	40.270,39	85.265,03
2012	11.362,24	1.825,31	45.861,05	96.943,68
2013	18.662,22	4.055,74	53.959,78	113.741,29
2014	16.775,15	3.027,30	47.038,17	120.996,25

Fonte: BNDES (2015) - Acessado em julho de 2015

Anexo 7: Desembolso do BNDES na modalidade pós-embarque por empresa entre 2009 e 2014 (US\$)

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Empresa						
EMBRAER	727,69	1.312,95	1.059,03	627,92	1.072,60	1.004,59
ODEBRECHT	951,53	683,57	1.078,21	1.186,12	998,24	848,45
ANDRADE GUTIERREZ	117,37	69,62	292,19	46,35	228,51	89,34
CAMARGO CORREA	91,98	21,22	12,52	68,21	22,18	0,00
OAS	1,69	0,00	0,00	16,55	64,96	35,25
WEG	0,00	0,00	1,33	12,11	39,83	0,00
INDUSTRIAS ROMI	0,65	0,58	1,09	1,82	0,60	0,00
RANDON	0,00	0,00	0,00	0,00	0,32	1,13
MARCOPOLO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,44	0,66

Fonte: BNDES (2015) - Acessado em julho de 2015

Anexo 8: Cotação US\$/R\$ mensal e médias anuais de 2009 a 2014 (utilizado no decorrer do trabalho para realizar conversões quando necessárias)

	BRL / USD		BRL / USD		BRL / USD
Jan 31, 2009	2,2988	Jan 31, 2010	1,8488	Jan 31, 2011	1,6812
Feb 28, 2009	2,3632	Feb 28, 2010	1,7829	Feb 28, 2011	1,6600
Mar 31, 2009	2,3084	Mar 31, 2010	1,7905	Mar 31, 2011	1,6432
Apr 30, 2009	2,1770	Apr 30, 2010	1,7376	Apr 30, 2011	1,5784
May 31, 2009	1,9868	May 31, 2010	1,8170	May 31, 2011	1,5943
Jun 30, 2009	1,9400	Jun 30, 2010	1,7919	Jun 30, 2011	1,5675
Jul 31, 2009	1,8836	Jul 31, 2010	1,7570	Jul 31, 2011	1,5481
Aug 31, 2009	1,8315	Aug 31, 2010	1,7508	Aug 31, 2011	1,5901
Sep 30, 2009	1,7864	Sep 30, 2010	1,7032	Sep 30, 2011	1,8262
Oct 31, 2009	1,7385	Oct 31, 2010	1,6993	Oct 31, 2011	1,6891
Nov 30, 2009	1,7425	Nov 30, 2010	1,7244	Nov 30, 2011	1,8486
Dec 31, 2009	1,7343	Dec 31, 2010	1,6660	Dec 31, 2011	1,8630
Média 2009	1,9826	Média 2010	1,7558	Média 2011	1,6741
Jan 31, 2012	1,7436	Jan 31, 2013	1,9856	Jan 31, 2014	2,4242
Feb 29, 2012	1,7030	Feb 28, 2013	1,9791	Feb 28, 2014	2,3403
Mar 31, 2012	1,8216	Mar 31, 2013	2,0190	Mar 31, 2014	2,2561
Apr 30, 2012	1,8850	Apr 30, 2013	1,9976	Apr 30, 2014	2,2207
May 31, 2012	1,9984	May 31, 2013	2,1071	May 31, 2014	2,2279
Jun 30, 2012	2,0764	Jun 30, 2013	2,2261	Jun 30, 2014	2,2037
Jul 31, 2012	2,0244	Jul 31, 2013	2,2684	Jul 31, 2014	2,2324
Aug 31, 2012	2,0463	Aug 31, 2013	2,3629	Aug 31, 2014	2,2302
Sep 30, 2012	2,0226	Sep 30, 2013	2,2348	Sep 30, 2014	2,4297

Oct 31, 2012	2,0304	Oct 31, 2013	2,1830	Oct 31, 2014	2,4574
Nov 30, 2012	2,0936	Nov 30, 2013	2,3206	Nov 30, 2014	2,5315
Dec 31, 2012	2,0470	Dec 31, 2013	2,3484	Dec 31, 2014	2,6804
Média 2012	1,9577	Média 2013	2,1694	Média 2014	2,3529

Fonte: <<http://www.oanda.com/currency/historical-rates/>>. Acessado em agosto de 2015